

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresa controlada***

*DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em
31 de dezembro de 2018*

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	17
Relatório da Administração	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	54
Parecer do Conselho Fiscal	132
Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário	133
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	142
Declaração dos diretores sobre o parecer dos Auditores Independentes	143

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TIM Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da TIM Participações S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. e da TIM Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

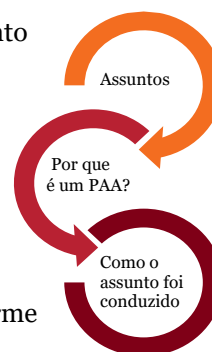
TIM Participações S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2018 foi planejada e executada levando-se em consideração determinados eventos, transações, e circunstâncias, conforme consta das demonstrações financeiras e do Relatório da Administração, tais como: (i) reorganização societária de suas controladas; (ii) contínuo investimento da Companhia em sua infraestrutura de rede (fibra óptica); e (iii) evolução dos resultados financeiros e operacionais relacionados com o crescimento de sua base de clientes pós-pago, investimento na digitalização do relacionamento com o cliente e ofertas diferenciadas.

Considerando o contexto acima, nossa estratégia de auditoria na determinação da natureza, época e extensão dos nossos trabalhos, bem como definição dos Principais Assuntos de Auditoria, permaneceram substancialmente inalterados para esse exercício, com contínuo foco em relação às estimativas contábeis relevantes, reconhecimento de receita (“unbilled”), projeções dos fluxos de caixa que suportam o ágio fundamentado em rentabilidade futura, assim como, em relação a adequada mensuração, registro e divulgação dos impactos da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis efetivos para o exercício corrente e/ou efetivos a partir de 2019, conforme o caso, que em nosso julgamento profissional, foram os assuntos mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita ("unbilled" – Notas 3(e) e 27)

O processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da estimativa contábil referente a apuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período ("unbilled").

A eventual inadequação dos controles internos, e o fato de que a metodologia para o cálculo dessa estimativa envolve a utilização de vários relatórios gerados pelos sistemas informatizados da Companhia, bem como entradas manuais, pode ocasionar o processamento incorreto de informações

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de receitas de serviços de telecomunicações, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam o referido processo de negócio.

Ainda, avaliamos as principais premissas e o modelo de cálculo utilizado pela Companhia para mensuração da receita incorrida e não faturada ("unbilled") ao final do exercício. Também,

TIM Participações S.A.

Porque é um PAA

críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, essa foi uma área de foco no decurso de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

efetuamos testes específicos para observar a captura do tráfego de voz e dados pela plataforma operacional de faturamento pós-pago ("billing") da Companhia, incluindo teste sobre a tarifação do tráfego pelos preços acordados no contrato, bem como teste de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação da referida estimativa.

Consideramos que a metodologia utilizada pela administração da Companhia para calcular a estimativa da receita incorrida e não faturada é razoável.

Porque é um PAA

Ágio fundamentado em rentabilidade futura (Notas 3(a) e 15(d))

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo contábil consolidado do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, em função de combinações de negócios, é de R\$ 1.527 milhões, sendo que o teste do seu valor recuperável (teste de *impairment*), envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia.

Como divulgado, esse valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como outras premissas adotadas no julgamento da administração, sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas.

Em função dos aspectos acima mencionados esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação dos controles internos relevantes que suportam o processo de determinação do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Também, confrontamos as informações utilizadas no referido teste de *impairment* com o Plano aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, avaliamos a razoabilidade do modelo de cálculo e das premissas financeiras e econômicas relevantes utilizadas, efetuamos teste de sensibilidade sobre as premissas chaves utilizadas pela Companhia, bem como avaliamos a existência de eventuais informações que pudessem contradizer as premissas de crescimento definidas pela administração.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

TIM Participações S.A.

Porque é um PAA

**Provisão para contingências tributárias
(Notas 3(c) e 24)**

A Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 16.801 milhões, para os quais, com base em opinião de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$ 271 milhões.

A determinação do valor da provisão e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da administração, a partir da análise dos processos e de correspondentes prognósticos de seus consultores jurídicos.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Diante do exposto, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes referentes ao processo de contingências tributárias, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esse processo.

Ainda, solicitamos e obtivemos confirmação junto a todos os consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas tributárias da Companhia, confirmando valores e prognósticos do processo, conforme determinado pela administração da Companhia.

Adicionalmente, obtivemos, para os processos tributários de maior relevância, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos, jurisprudências e/ou estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia.

Com base nos procedimentos executados, consideramos as estimativas da administração relacionadas à divulgação e à provisão para contingências tributárias consistentes com as informações e documentos apresentados.

Porque é um PAA

Adoção dos novos pronunciamentos contábeis (Nota 2(f))

Os pronunciamentos contábeis “IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente” e “IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros”, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a administração da Companhia decidiu pela adoção dessas novas normas com reconhecimento do efeito da transição no patrimônio líquido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes estabelecidos pela administração da Companhia, com o objetivo da avaliação dos impactos quantitativos e qualitativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção dessas normas contábeis.

TIM Participações S.A.

Porque é um PAA

A aplicação dessas normas compreendeu significativo envolvimento da administração da Companhia em diversas atividades, tais como: (i) revisão do portfólio de contratos comerciais; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) definição de determinadas premissas e modelo para alocação do preço entre as obrigações de desempenho; (iv) desenvolvimento de controles manuais e automáticos para adequada captura, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras; (v) determinação do modelo de cálculo para mensuração da perda esperada sobre os ativos financeiros, dentre outros. Como resultado, a Companhia reconheceu no balanço de abertura em 1º. de janeiro de 2018, uma redução do seu patrimônio líquido no montante de R\$ 94 milhões, antes dos efeitos tributários.

Em relação ao “IFRS 16/CPC 06 (R2) -Operações de Arrendamento Mercantil”, que será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a administração da Companhia decidiu pelo método de adoção com reconhecimento do efeito da transição no patrimônio líquido no balanço de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

Em decorrência da natureza do segmento de telecomunicações, a Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento mercantil operacional em virtude de diversos arrendamentos de compartilhamento de infraestrutura de rede com demais operadoras participantes do mercado, sendo esses pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Dessa forma, em virtude da implementação desse novo pronunciamento contábil, a Companhia estima um acréscimo nos passivos de arrendamento mercantil em virtude do reconhecimento do direito de uso dos ativos, em 1º. de janeiro de 2019, pelo montante aproximado de R\$ 5.100 milhões, que inclusive impactará determinados indicadores financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ainda, efetuamos leitura dos memorandos contábeis técnicos preparados pela administração da Companhia e obtivemos entendimento e avaliamos o desenho e efetividade dos principais controles internos específicos, incluindo os sistemas relevantes de tecnologia da informação, implementados nos processos de negócio diretamente impactados por essas normas contábeis, que objetivam suportar a adequada captura, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos testes específicos que incluíram: (i) validação dos relatórios e/ou ferramentas implementadas pela administração da Companhia para garantir a totalidade e integridade dos contratos comerciais e de arrendamentos, bem como da adequada captura e mensuração dos saldos e transações registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras; (ii) teste por meio de amostragem não estatística dos contratos de clientes e de arrendamento; (iii) entendimento das principais premissas utilizadas pela administração da Companhia para determinação dos impactos da adoção dessas normas contábeis, bem como exceções adotadas conforme permitidas pelas normas; dentre outros procedimentos.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que as principais premissas e estimativas da administração da Companhia relacionadas à captura, mensuração, registro e divulgação dessas novas normas contábeis nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e documentos apresentados.

TIM Participações S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Portanto, em razão desses aspectos, esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 05 de fevereiro de 2018, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

TIM Participações S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

TIM Participações S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP 211793/O-5

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo		20.275.453	18.346.594	31.957.889	32.600.365
Circulante		457.534	115.768	5.998.126	7.607.388
Caixa e equivalentes de caixa	4	167	28.369	1.075.530	2.960.718
Títulos e valores mobiliários	5	13.378	-	784.841	765.614
Contas a receber de clientes	6	444	329	2.838.808	2.540.856
Estoques	7	-	-	183.059	123.785
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	362.436	53.497	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	280.254	386.001
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	45.278	11.677	347.505	323.040
Despesas antecipadas	11	2.460	2.189	272.060	168.366
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	50.769	53.875
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	22.491	19.773
Outros valores a compensar	17	-	-	41.612	68.571
Outros ativos		33.371	19.707	101.197	196.789
Não Circulante		19.817.919	18.230.826	25.959.763	24.992.977
Realizável a longo prazo		133.848	116.688	4.074.137	2.841.962
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.229	2.997
Contas a receber de clientes		-	-	130.308	26.207
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	912.511	949.586
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	558.016	209.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	801.971	-
Depósitos judiciais	12	131.270	112.307	1.345.113	1.366.576
Despesas antecipadas	11	2.578	4.381	74.381	39.466
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	30.639	26.915
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	185.558	185.558
Outros ativos		-	-	30.411	35.154
Investimentos	13	19.526.515	17.956.582	-	-
Imobilizado	14	-	-	11.203.622	10.838.488
Intangível	15	157.556	157.556	10.682.004	11.312.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		20.275.453	18.346.594	31.957.889	32.600.365
Total do Passivo		480.616	195.410	12.163.052	14.449.181
Circulante		441.024	162.983	7.075.379	7.224.437
Fornecedores	18	11.770	3.352	4.323.374	3.986.557
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	698.728	1.351.860
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	205.048	176.925
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	2.373	14.044
Obrigações trabalhistas		2.344	6.449	211.685	262.450
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	447	370	451.169	305.266
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	47.285	218	332.333	260.786
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	370.105	143.591	370.105	143.591
Autorizações a pagar	19	-	-	65.464	233.173
Receitas diferidas	23	-	-	406.867	480.431
Outros passivos		9.073	9.003	8.233	9.354
Não Circulante		39.592	32.427	5.087.673	7.224.744
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	964.289	3.339.084
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	9.245	18.419
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	1.735.026	1.710.247
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	2.772	2.527
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	209.880	206.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	98.919
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	9.837	2.672	849.408	528.320
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	2.850	2.635
Autorizações a pagar	19	-	-	348.336	273.527
Receitas diferidas	23	-	-	906.600	990.932
Outros passivos		29.755	29.755	59.267	53.346
Patrimônio Líquido	25	19.794.837	18.151.184	19.794.837	18.151.184
Capital social		9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		412.091	416.161	412.091	416.161
Reservas de lucros		9.524.124	7.884.223	9.524.124	7.884.223
Ajustes de avaliação patrimonial		847	989	847	989
Ações em tesouraria		(8.523)	(16.487)	(8.523)	(16.487)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	27	-	-	16.981.329	16.233.959
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	(7.701.418)	(8.002.077)
Lucro bruto		-	-	9.279.911	8.231.882
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	(4.970.780)	(4.575.177)
Gerais e administrativas	28	(29.745)	(27.915)	(1.608.319)	(1.424.643)
Resultado da equivalência patrimonial	13	2.672.647	1.279.941	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(837)	(904)	(283.289)	(298.710)
		2.642.065	1.251.122	(6.862.388)	(6.298.530)
Lucro operacional		2.642.065	1.251.122	2.417.523	1.933.352
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	1.978	6.927	412.733	512.565
Despesas financeiras	31	(95.687)	(23.511)	(951.439)	(1.009.653)
Variações cambiais, líquidas	32	(9)	(31)	1.373	(748)
		(93.718)	(16.615)	(537.333)	(497.836)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.548.347	1.234.507	1.880.190	1.435.516
Imposto de renda e contribuição social	33	(3.246)	-	664.911	(201.009)
Lucro líquido do exercício		2.545.101	1.234.507	2.545.101	1.234.507
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	34	1,05	0,51	1,05	0,51
Lucro diluído por ação	34	1,05	0,51	1,05	0,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	2.545.101	1.234.507	2.545.101	1.234.507
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	(142)	(694)	(142)	(694)
Item a ser posteriormente reclassificado para o resultado:				
Hedge de fluxos de caixa (Nota 5)	-	2.190	-	2.190
Total do resultado abrangente do exercício	2.544.959	1.236.003	2.544.959	1.236.003

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.866.298	405.239	657.034	5.103.908	1.158.910	(3.369)	(507)	-	17.187.513
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								1.234.507	1.234.507
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	-	-	-	-	-	-	(694)	-	(694)
Hedge de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	2.190	-	2.190
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	1.496	1.234.507	1.236.003
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	10.923	-	-	-	-	-	-	10.923
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(13.118)	-	-	(13.118)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	61.725	-	-	-	-	(61.725)	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(103.325)	(103.325)
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(189.991)	(189.991)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	112.493	-	-	(112.493)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	766.973	-	-	-	(766.973)	-
Dividendos não reclamados	-	-	-	23.179	-	-	-	-	23.179
									-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	10.923	61.725	790.152	112.493	(13.118)	-	(1.234.507)	(272.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(16.487)	989	-	18.151.184

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Saldos em 1º. de janeiro de 2018	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(16.487)	989	-	18.151.184
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.f)	-	-	-	(62.119)	-	-	-	-	(62.119)
Saldos em 1º. de janeiro de 2018 ajustado	9.866.298	416.162	718.759	5.831.941	1.271.403	(16.487)	989	-	18.089.065
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								2.545.101	2.545.101
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(142)	-	(142)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(142)	2.545.101	2.544.959
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(4.071)	-	-	-	-	-	-	(4.071)
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	7.964	-	-	7.964
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	119.933	-	-	-	-	(119.933)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(849.994)	(849.994)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	146.455	-	-	(146.455)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.428.719	-	-	-	(1.428.719)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.914	-	-	-	-	6.914
									-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(4.071)	119.933	1.435.633	146.455	7.964	-	(2.545.101)	(839.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		2.548.347	1.234.507	1.880.190	1.435.516
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	3.954.321	4.013.671
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.672.647)	(1.279.941)	-	-
(Ganho) perda na venda de ativo imobilizado (<i>leaseback</i>)	29	-	-	-	1.801
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	9.700	54.104
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	648	428
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	4.180	1.189	551.191	372.469
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		4.507	(407)	297.529	97.805
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	(35.450)	521.570
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	31	-	-	266.328	257.305
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	-	-	(25.664)	(22.709)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	-	-	544.881	316.387
Opções de compra de ações	26	(4.593)	3.743	(1.424)	10.923
		(120.206)	(40.909)	7.442.250	7.059.270
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(115)	-	(1.028.791)	99.674
Impostos e contribuições a recuperar		(33.601)	10.675	175.116	162.705
Estoques		-	-	(59.274)	20.149
Despesas antecipadas		1.532	1.987	56.792	(40.490)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		734.685	404.331	-	-
Depósitos judiciais		(18.794)	(21.744)	30.478	(53.217)
Outros ativos		(13.665)	6.558	133.831	(26.129)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		(4.105)	2.606	(50.765)	50.171
Fornecedores		8.418	1.266	331.736	523.419
Impostos, taxas e contribuições		15.955	234	(26.786)	(474.557)
Autorizações a pagar		-	-	(104.582)	(895.964)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(1.690)	(798)	(536.646)	(439.670)
Receitas diferidas		-	-	(193.599)	(415.651)
Outros passivos		(308)	1.346	(40.373)	(165.598)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		568.106	365.552	6.129.387	5.404.112
Atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		(13.378)	-	(21.460)	(288.658)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		-	-	-	13.850
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(3.831.906)	(4.147.907)
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	22.946	22.140
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(13.378)	-	(3.830.420)	(4.400.575)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos	-	-	166.548	646.853
Amortização de empréstimos	-	-	(3.552.407)	(3.270.570)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(252.410)	(219.189)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	37.044	17.677
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	5.317	(13.118)	5.317	(13.118)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(588.247)	(332.658)	(588.247)	(332.658)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(582.930)	(345.776)	(4.184.155)	(3.171.005)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(28.202)	19.776	(1.885.188)	(2.167.468)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.369	8.593	2.960.718	5.128.186
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	167	28.369	1.075.530	2.960.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações suplementares dos fluxos de caixa consolidado

Juros pagos	435.845	584.853
Imposto de renda e contribuição social pagos	213.956	297.079

Transações que não envolvem caixa

Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(38.944)	(48.957)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	38.944	48.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	24.232.405	22.611.074
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(544.881)	(316.387)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(2.087.279)	(1.349.709)
	-	-	21.600.245	20.944.978
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(3.929.961)	(4.035.789)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.675)	(5.968)	(3.237.371)	(3.099.939)
	(4.675)	(5.968)	(7.167.332)	(7.135.728)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(3.954.321)	(4.013.671)
Valor adicionado líquido produzido	(4.675)	(5.968)	10.478.592	9.795.579
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.672.647	1.279.941	-	-
Receitas financeiras	1.989	6.934	510.265	942.583
	2.674.636	1.286.875	510.265	942.583
Valor adicionado total a distribuir	2.669.961	1.280.907	10.988.857	10.738.162
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	22.591	19.979	503.198	515.382
Benefícios	1.479	1.050	181.502	141.279
F.G.T.S	268	231	55.765	52.705
Outros	87	388	102.254	71.722
	24.425	21.648	842.719	781.088
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.806	1.362	1.655.868	2.520.892
Estaduais	-	-	4.000.551	3.990.856
Municipais	-	-	104.710	18.834
	4.806	1.362	5.761.129	6.530.582
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	95.613	23.369	1.046.256	1.438.809
Aluguéis	16	21	789.015	748.162
	95.629	23.390	1.835.271	2.186.971
Outros				
Investimento social	-	-	4.637	5.014
	-	-	4.637	5.014
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos e JCP	849.994	265.072	849.994	265.072
Lucros retidos	1.695.107	969.435	1.695.107	969.435
	2.545.101	1.234.507	2.545.101	1.234.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Prezados acionistas,

A administração da TIM Participações S.A. ("TIM Participações", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2018, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2018.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2018, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM Participações é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2018, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo primeiro ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, é a única do setor de telecomunicações listada do Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3.

A TIM Participações é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. Através da troca de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a Companhia compartilha experiências com a sua controladora e acumula sinergias que beneficiam todos os seus clientes. Através de sua subsidiária, TIM S.A., a TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Mensagem da Administração

O ano de 2018 demonstrou a capacidade da Companhia de ser resiliente e performar em meio a um ambiente bastante desafiador mostrando o maior crescimento de Receita e EBITDA entre as grandes telcos. Nosso foco na execução do plano estratégico possibilitou enfrentarmos os desafios criados por uma recuperação econômica mais lenta que a esperada e um ambiente competitivo muito mais acirrado. Esta habilidade nos permitiu superar em alguns indicadores níveis históricos, como em EBITDA e Margem.

Foram chave para esse desempenho os seguintes elementos: (i) a resiliência do serviço móvel através da evolução da estratégia de transformação da base; (ii) o aproveitamento das oportunidades criadas a partir da expansão da operação de banda larga residencial; (iii) o desenvolvimento da infraestrutura na busca por suportar a evolução da experiência do cliente; (iv) uma abordagem voltada para eficiência e geração de valor para os acionistas.

Resiliência do Serviço Móvel

Ao longo do ano, o segmento móvel enfrentou um aumento na agressividade das ofertas, enquanto a atividade econômica permanecia com baixo crescimento. Mesmo assim adaptamos nossa abordagem para administrar a forte transformação da base com o crescimento do Pós-pago. Para tal, buscou-se trabalhar uma segunda onda no processo de *up-selling* que vai além das migrações de Pré-pago para Pós-pago, acelerando as migrações dentro dos segmentos. Além disso, ampliou-se a utilização de ofertas com fidelização.

Os impactos positivos desses ajustes ficaram evidentes através de resultados como: (i) o crescimento da base de Pós-pago de aproximadamente 14% A/A, atingindo um *mix* de mais de 36% do total, (ii) o aumento em duas vezes no volume de migrações de planos Controle para Pós-pago Puro, (iii) o incremento nas vendas de ofertas fidelizadas em quase 30 p.p e (iv) a evolução do ARPU (Average Revenue Per User) móvel total em mais de 11% A/A.

Aproveitando as Oportunidades na Banda Larga Residencial

A banda larga residencial foi um dos grandes destaques do ano, tendo passado por uma completa transformação. Realizar uma expansão geográfica, saindo de uma operação limitada às 2 maiores áreas metropolitanas para passar a servir os clientes em 14 cidades de 5 estados, foi um grande desafio que requereu uma forte capacidade de adaptação e execução. Ainda mais considerando que essa expansão foi feita utilizando uma nova tecnologia, o FTTH (*Fiber To The Home*).

O lançamento comercial da conexão por fibra, possibilitou a evolução do portfólio de ofertas que além de uma conexão mais rápida e estável passou a levar também aos clientes conteúdo através de parceiros de *streaming* de vídeo. Essa combinação trouxe resultados expressivos, com a base de usuários crescendo aproximadamente 20%, enquanto o ARPU avançou 13%.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Desenvolvimento da Infraestrutura

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é parte essencial dentro da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Portanto, ao longo do ano de 2018, demos ênfase a investimentos que tivessem um impacto direto na qualidade dos serviços móvel e fixo.

A manutenção da posição de liderança em cobertura 4G, com mais de 3.200 mil cidades, nos dá um diferencial competitivo importante que segue sendo ampliado com a implantação eficiente de um processo de *refarming* de frequências para expandir a capacidade de nossa rede. Adicionalmente, somos a operadora que mais acelerou na implementação do 4G através da frequência de 700 MHz, superando as 1.400 cidades cobertas, o que proporciona uma melhora significativa na cobertura *indoor*.

Expandimos também nossa rede de fibra ótica, superando a marca de 90 mil quilômetros e chegando a mais de 600 cidades, o que auxiliou no desempenho da rede móvel com a conexão dos sites à fibra e ampliou a cobertura dos serviços de ultra banda larga da TIM Live. Este serviço está disponível hoje a mais de 1 milhão de domicílios nas 14 cidades que cobrimos.

Eficiência e Geração de Caixa

O programa de eficiência continua a permear toda a Companhia, somando mais de R\$ 340 milhões em economias. Além disso, o processo de transformação digital, que tem impacto tanto em custo quanto em satisfação dos clientes, segue em ótima velocidade com resultados expressivos na adoção de canais não humanos (+37%), em pagamentos eletrônicos (+33%), faturas digitais (2x) dentre outros indicadores.

Os objetivos do programa não se restringem a economias de custos, mas também a eficiência fiscal e melhorias nas despesas financeiras. Neste contexto, foram entregues projetos de reorganização societária com impactos fiscais e operacionais, além da otimização das linhas de financiamento da Companhia.

A combinação desses fatores produziu o maior EBITDA da história da TIM atingindo R\$ 6,6 bilhões com uma margem próxima a 39% no ano, e também um excelente nível de geração de caixa líquido em R\$ 1,2 bilhão. Assim viabilizou-se um crescimento de quase 3 vezes na remuneração anunciada aos acionistas.

Conclusão e Perspectivas

Resiliência e foco na execução da estratégia foram as marcas de 2018, tornando possível entregar todas metas definidas e continuarmos nossa história de crescimento sustentável e consistente.

O ano de 2019 será de muito trabalho e seguimos evoluindo na nossa abordagem para materializar os objetivos estratégicos de ser a operadora mais admirada pelos clientes, com os colaboradores mais engajados e com a maior rentabilidade da indústria.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

A grande volatilidade do quadro macroeconômico, verificada em 2018 e ocasionada pelas incertezas do processo eleitoral somadas às condições externas menos favoráveis aos países emergentes, impactou de forma direta o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que estima-se fechar o ano com modesto crescimento de 1,3%, de acordo com o último relatório FOCUS¹, taxa bem abaixo da esperada pela maioria dos analistas de 2,7%, no início de 2018.

Já a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), iniciou 2018 sob controle, mas apresentou oscilações ao longo do ano, impactada pela greve dos caminhoneiros e pela alta de preços administrados, como combustíveis e energia elétrica, tendo atingido o pico de 4,5%, para fechar o ano em 3,75%, levemente acima do registrado no ano anterior, porém ainda abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central. Com a inflação abaixo da meta e com as expectativas ancoradas, a política monetária tem se caracterizado pela estabilidade da taxa de juros em 6,5% ao ano (a.a.) e pela expectativa na manutenção deste patamar para o próximo ano.

Na frente cambial, o Real desvalorizou 18,50% contra o dólar americano em 2018. Tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de fatores como a incerteza sobre o cenário político e econômico brasileiro, somado a fatores internacionais, em especial à guerra comercial envolvendo EUA e China com a tarifação mútua sobre importações, que podem impactar o crescimento global. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 58 bilhões, o que representa uma queda de 13% em comparação com 2017, impactada pelo avanço das importações em 19,7%, ritmo mais acelerado que o das exportações, que apresentou crescimento de 9,6%.

Apesar do resultado geral positivo e a retomada, ao final de 2018, da confiança do mercado em geral com a definição do cenário eleitoral, ainda há forte incerteza quanto à aprovação das reformas necessárias à retomada do crescimento, em especial a da previdência e a fiscal, ao longo de 2019, bem como em relação à profundidade das propostas que serão apresentadas pelo novo governo.

Quanto ao cenário internacional, a guerra comercial entre EUA e China, iniciada em março de 2018, com a já mencionada sobretaxação mútua de produtos destes países, trouxe volatilidade aos mercados, gerando fortes oscilações diante da possibilidade de uma desaceleração da economia mundial. Na Europa, o nível de atividade econômica apresentou leve desaceleração na zona do euro, ainda impactada pelas indefinições sobre o *Brexit* bem como em razão da desaceleração do comércio global.

¹ Estimado pelo último relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) em 04 de janeiro de 2019.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

A recuperação da economia em um ritmo mais moderado do que o inicialmente esperado pelo mercado em geral repercutiu sobre o setor de telecomunicações brasileiro em 2018, que seguiu a trajetória identificada nos anos anteriores de redução da base de clientes móveis. O mercado móvel manteve a dinâmica de migração de assinantes pré-pagos para planos híbridos (planos controle) e pós-pago que, em geral, são planos que buscam fidelizar seus clientes com ofertas que apresentam recorrência de consumo e, por consequência, de receitas, em linha com a estratégia de oferecer mais por mais.

Contudo, tal estratégia foi impactada por um acirramento da competição no mercado brasileiro, verificado pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limitou a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor.

O setor manteve a tendência de forte crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Por fim, a crescente demanda por Banda Larga Fixa consolidou a visão do acesso à internet como bem essencial à população, o que se confirmou pela evolução na base de clientes e nas adições líquidas da TIM Live.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de definir novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de consumo dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Em 2018, a TIM inovou ao trazer mudanças significativas nos segmentos controle e pré-pago. No controle, porta de entrada para o pós-pago, a Companhia disponibilizou para seus clientes uma oferta com redes sociais ilimitadas por 3 meses, adicionais aos pacotes robustos de internet e serviços digitais. O mesmo para o segmento pré-pago, cujo novo portfólio conta com redes sociais ilimitadas, pacote de dados e validade da oferta de acordo com a recarga e ligações ilimitadas para qualquer operadora.

O novo posicionamento da TIM procura acompanhar o desejo de seus consumidores, os considerando centro da tomada de decisão, baseada: (i) INOVAÇÃO, que está no DNA da Companhia e continuará como prioridade, com novos planos, ofertas, parcerias e tecnologias; (ii) QUALIDADE, que é a base da fidelização do cliente e da expansão do seu ciclo de vida; e na (iii) EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, que é o pilar estratégico de convergência de todos os demais, estabelecendo uma nova relação com os clientes e atuando de forma a todos receberem a melhor experiência, ótimos serviços e uma relação transparente com a Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

3.2. Estratégia

A estratégia da Companhia, para o ano de 2018, foi apoiada em 6 (seis) pilares: cultura, digitalização, oferta, infraestrutura, eficiência e experiência do cliente. Tais pilares objetivam redesenhar a experiência do cliente e tornar a TIM a melhor escolha de valor do mercado, alavancada pela posição de liderança em ultra banda larga móvel e a proposição de ofertas inteligentes.

No pilar da cultura, o objetivo é disseminar o sentimento de propriedade, responsabilidade, sendo esse o eixo para uma profunda transformação cultural dentro da Companhia. Com base no conceito de *accountability*, a TIM acredita que seus colaboradores poderão concentrar sua criatividade e energia na busca de novas soluções, entregando resultados positivos.

O pilar da digitalização tem como meta acelerar o desenvolvimento e implementação de sistemas digitais, melhorando a experiência do cliente e proporcionando significativas eficiências operacional e financeira. A migração para plataformas digitais e flexíveis segue a tendência do mercado de emprego das mais sofisticadas tecnologias, possibilitando maior agilidade e eficiência operacional.

O pilar da oferta tem como proposta o desenvolvimento seletivo de pacotes inovadores, de acordo com o perfil do cliente. Adicionalmente, a Companhia pretende ampliar a oferta de ultra banda larga fixa através das tecnologias FTTH (Fiber To The Home) e WTTx (Wireless To The x), que permitirão uma abordagem seletiva com ofertas convergentes em determinadas regiões.

No âmbito da infraestrutura, a Companhia visa expandir a cobertura 4G com 700MHz, confirmando a sua liderança em cobertura com ultra banda larga móvel e excelência de qualidade. Em paralelo, o desenvolvimento da rede de fibra visa ampliar a cobertura de banda larga fixa e manter o nível de qualidade exigido pelos clientes, que é uma das diretrizes do direcionamento dos investimentos.

A proposta de eficiência continua na estratégia da Companhia, apoiada na visão ampla e sistêmica predominante na operação, que visa gerar eficiências disruptivas tanto no âmbito operacional como financeiro.

Todos os 5 (cinco) pilares mencionados anteriormente estão diretamente relacionados ao compromisso com a experiência do cliente. Esse é o objetivo principal que abrange toda a estrutura proposta e tem o cliente como o centro da tomada de decisões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

4. Recursos Humanos

A TIM entende que para conquistar melhores resultados, precisa de um time engajado. Por isso, estabelece uma relação de transparência com todos os níveis da Companhia. Clareza e direcionamento são fundamentais para que nosso time atue na direção dos nossos objetivos, com autonomia e senso de dono.

Entre as práticas de destaque, oferecemos um pacote diferenciado de remuneração e benefícios, sendo um dos itens que apresentou melhor evolução em nossa Pesquisa de Clima anual, realizada pela Hay/Korn Ferry em 2018. Destaque também para as práticas de Treinamento, outro aspecto com bom desempenho na referida pesquisa.

Nossa cultura é fortalecida nos pilares de *Accountability* (senso de dono) e *Customer Experience*, que são essenciais para nos diferenciarmos em nosso segmento. Em um ambiente de trabalho dinâmico e desafiador, a Companhia oferece espaço e oportunidades para que sua equipe expanda seus horizontes, desenvolva e amplie as conquistas corporativas e pessoais.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou 2018 com 9.661 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 72,5% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 10,3% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 180 estagiários e 235 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a ferramentas inovadoras e caminhos bem estruturados para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. De maneira alinhada com os valores organizacionais, eles traçam a carreira a partir das suas próprias experiências profissionais e conhecimento adquirido com o investimento da companhia. Neste sentido, a TIM investiu mais de R\$ 9 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2018.

Para orientar as carreiras dos seus funcionários, a TIM mapeia e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. Além de encorajar e proporcionar oportunidades de crescimento reais, a Companhia reconhece a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais, recorrendo à Gestão de Desempenho.

Para atrair os melhores alunos do mercado e treinar nossos futuros profissionais, o Programa de Estágio traz, para a TIM, jovens com energia, determinação, iniciativa, sentido de equipe e, especialmente, interesse por desafios.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM Participações a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o Plano 2014-2016 não possui premissa de atingimento de meta e o seu exercício está condicionado à favorabilidade do preço de mercado na ocasião do exercício, de forma comparativa ao Preço de Exercício. Por sua vez, o Preço de Exercício de ambos os Planos é calculado tendo como referência o Preço Base da Ação, ajustado, para mais ou para menos, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Em relação ao exercício do Plano 2018-2020, a concessão de ações da Companhia está sujeita a condições de tempo e desempenho (atingimento de metas específicas). Tais condições de desempenho podem ainda variar a quantidade de ações concedidas, para mais ou para menos, em função dos critérios definidos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM Participações não possui obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Já para o Plano 2018-2020, o prazo de vigência possui a periodicidade de 3 anos, que é a mesma relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, além de considerar a transferência de ações, o Plano 2018-2020 prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	-3.399.832	-4.624.350	543.583
1ª Concessão	<i>2.833.595</i>	<i>-1.532.132</i>	<i>-1.301.463</i>	<i>0</i>
2ª Concessão	<i>2.661.752</i>	<i>-896.479</i>	<i>-1.765.273</i>	<i>0</i>
3ª Concessão	<i>3.072.418</i>	<i>-971.221</i>	<i>-1.557.614</i>	<i>543.583</i>

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	-2.473.308	-4.501.793	1.720.017
1ª Concessão	<i>1.687.686</i>	<i>-27.424</i>	<i>-1.128.290</i>	<i>531.972</i>
2ª Concessão	<i>3.355.229</i>	<i>-1.146.626</i>	<i>-1.646.080</i>	<i>292.523</i>
3ª Concessão	<i>3.922.204</i>	<i>-1.299.258</i>	<i>-1.727.423</i>	<i>895.522</i>

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2018 - 2020	849.932	0	-383.418	466.514
1ª Concessão	<i>849.932</i>	<i>0</i>	<i>-383.418</i>	<i>466.514</i>
2ª Concessão	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
3ª Concessão	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2019, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

Quanto aos sites, a TIM projeta aumentar a densidade de sites a partir da utilização de *Biosites*, que são estruturas sustentáveis, mais baratas, mais fáceis de instalar e não causam impacto visual nas cidades. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 95% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 3.500 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Do total de R\$ 3,98 bilhões investidos em 2018, 87% foram alocados apenas em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone, backhaul* e FTTH), densificação de *sites, refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação a ações e projetos focados na modernização, eficiência e/ou aprimoramento da nossa infraestrutura em andamento neste trimestre, destacamos:

- *Refarming* da frequência de 2,1 GHz para o 4G atingindo aproximadamente 250 cidades;

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

- Projeto de virtualização de infraestrutura, que atingiu cerca de 41% das funções de rede em 2018;
- Instalação de múltiplos data centers para melhorar experiência (21 no ano de 2018), sendo 10 DCC (Data Center Core) e 11 DCE (Data Center Edge);
- Ampliação do suporte à tecnologia VoLTE para mais de 2.500 cidades.

A liderança na cobertura 4G foi mantida pela TIM, alcançando 3.272 cidades, ou 93% da população urbana do país ao final de 2018, registrando expansão de 38% A/A nos elementos de rede nessa tecnologia no período. Como resultado, 76% do tráfego de dados dos clientes da TIM foi realizado na rede 4G no último trimestre de 2018, uma alta de 16 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2018	2017	%A/A
Cidades 4G	3.272	3.003	9,0%
das quais 700 Mhz habilitadas	1.426	916	55,7%
das quais VoLTE habilitadas	2.522	1.445	74,5%
População Urbana Coberta (4G)	93%	91%	1,6p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	65%	32%	33,2p.p.
das quais VoLTE habilitadas	76%	44%	31,6p.p.
Cidades 3G	3.169	3.013	5,2%
População Urbana Coberta (3G)	92%	90%	1,3p.p.

Ao final do ano, a TIM possuía ~18.800 sites, sendo 67% conectados através de *backhaul* de alta capacidade, para o mesmo período.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 90,1 mil km fibra ótica para backbone e backhaul**, um avanço de 5,7% A/A.

A cobertura de banda larga fixa residencial segue evoluindo, com 1,1 milhão de domicílios em FTTH, 3,5 milhões em FTTC, perfazendo um total de 4,3 milhões de domicílios em 14 cidades².

O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual. Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e

² Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Salvador (BA), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO) e Manaus (AM).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. **Ao final de 2018, a TIM alcançou um total de 841 *Biosites* ativos.**

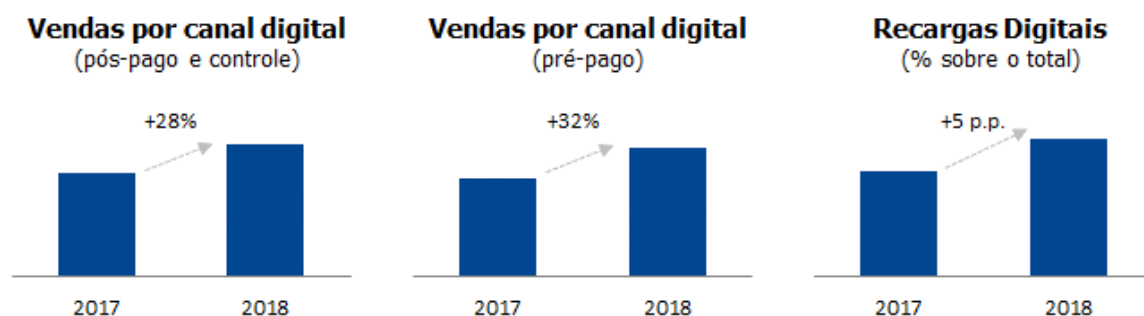
Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 130 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

5.2. Qualidade e Experiência do Usuário

Os resultados das iniciativas na área de digitalização continuam expandindo e foram consistentes ao longo do ano. A transformação digital abrangente depende de agir de acordo com as necessidades reais dos clientes e com o redesenho dos processos, a fim de impactar todo o ciclo de vida do cliente. Para atingir esse objetivo, trabalhamos com três pilares estratégicos, são eles: (i) construção de ofertas baseadas nas necessidades individuais dos nossos clientes; (ii) promover a expansão e a evolução da nossa infraestrutura de rede; e (iii) operar com eficiência em abordagem de canais integrados de venda e atendimento.

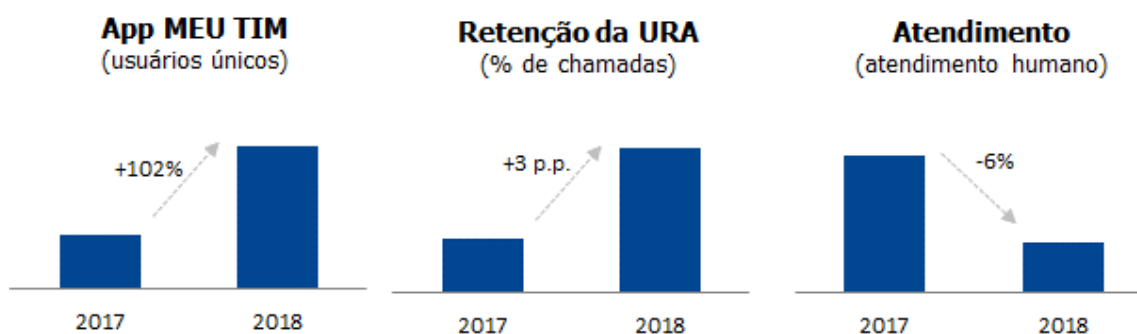
As vendas através de canais digitais, fator chave para a estratégia de *upselling* da TIM, avançaram 28% A/A no segmento pós-pago (puro + controle) e 32% no pré-pago em 2018. Enquanto isso, o mix de recargas eletrônicas segue ganhando maior relevância entre os canais de vendas, com crescimento de 5 p.p em 2018.



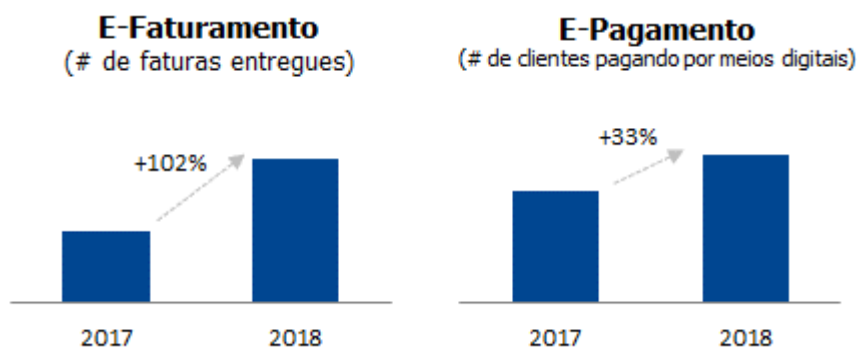
Em relação ao atendimento, o App Móvel e a modernização da URA são fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento. Nesse sentido, destacamos o aumento de 26% das interações não humanas como um todo. O número de usuários únicos do App Meu TIM mais do que dobrou, enquanto a retenção da URA cresceu 3 p.p., levando a uma queda de 6% nas interações humanas através do nosso call center, ao final de 2018.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



As iniciativas de incentivo digitalização das etapas de faturamento e pagamento apresentaram forte crescimento em 2018. As faturas entregues por canais digitais dobraram, levando a penetração desse meio a mais de 50% ao final do ano. O número de clientes que realizam pagamentos por meios digitais cresceu 32,6% A/A.



No âmbito da rede, atestando a qualidade da rede móvel da TIM, a Open Signal³, no seu relatório divulgado em janeiro de 2019, mais uma vez colocou a rede 4G da TIM como a mais disponível. Os usuários TIM passaram 78,6% do tempo na tecnologia LTE. A TIM manteve a liderança em regiões importantes do país como por exemplo, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG).

Além desse relatório, um estudo da consultoria P3 Network Analytics⁴ apontou a TIM como tendo a melhor rede móvel do Brasil entre as maiores operadoras. A consultoria avaliou a performance de dados e voz das principais operadoras do Brasil nas maiores cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), através de um *drive testing* de cerca de 9.000 km.

Destacamos, ainda, a manutenção da TIM Live na 1ª posição do ranking da Netflix⁵ de provedores de internet brasileiros nos 3 últimos meses do ano, completando 54, dentre os últimos 57 meses, no topo da lista. Este ranking é uma medida de performance do serviço da Netflix em horário nobre para provedores de internet de diversas partes do mundo.

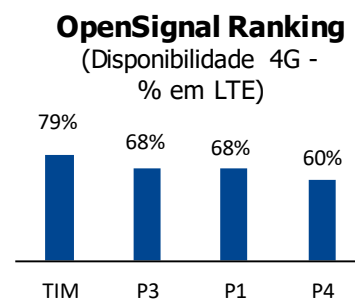
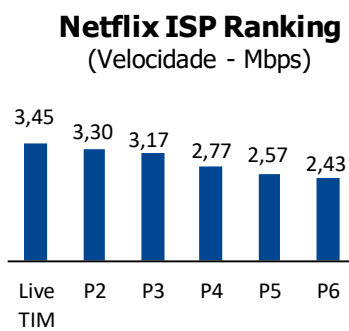
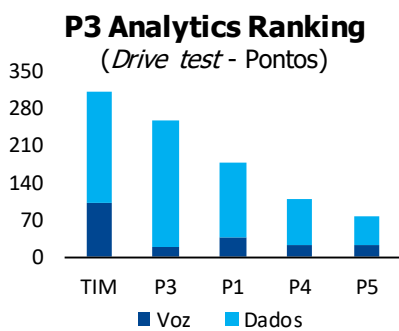
³ Relatório *State of Mobile Networks: Brazil* (Janeiro, 2019).

⁴ Relatório *Audit Report Benchmark Brazil* (Outubro, 2019)

⁵ Ranking *Netflix ISP Speed Index* (Dezembro, 2019)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



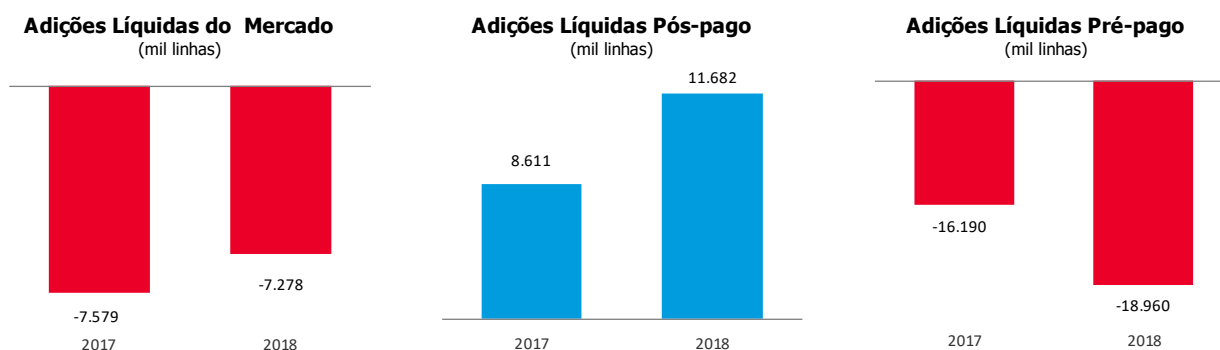
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

Seguindo a dinâmica do último ano, o mercado brasileiro manteve seu processo de redução da base de clientes, porém em um ritmo menos acelerado quando comparado a anos anteriores. Esse movimento ainda é explicado, principalmente, pelo resultado da migração de clientes do pré-pago para o pós-pago pelas ações de limpeza de base e pelo processo de consolidação de múltiplos chips (SIM cards).



Fonte: Anatel

6.2. Desempenho da TIM

A TIM encerrou 2018 com uma base de 55,9 milhões de linhas ativas, uma redução de 4,6% A/A. Apesar do sólido desempenho no pós-pago, a desconexão no pré-pago impactou negativamente a base total.

Em 2018, a TIM apresentou adições líquidas negativas de 2,7 milhões de linhas, redução de 43,3% comparado a 2017. As adições brutas totais reduziram para 24,1 milhões no ano, -12,7% A/A, enquanto as desconexões caíram para 26,9 milhões de linhas, uma redução de 17,2% A/A. Neste contexto, a taxa de desconexão mensal média caiu em 0,6 p.p. quando comparada a 2017, atingindo o patamar de 3,9%.

A base de clientes pós-pago totalizou 20,2 milhões de usuários no final de 2018, aumento de 13,7% na comparação anual, adicionando 2,4 milhões de clientes à base. O segmento aumentou sua importância para a TIM, passando a representar 36,2% da base total ao final de 2018 (versus 30,4% em 2017). Vale destacar que o total de novos clientes pós-pagos em ofertas fidelizadas cresceu 4 vezes em relação ao ano anterior.

No pré-pago, a base totalizou 35,7 milhões de clientes ao final de 2018. As desconexões líquidas acumularam 5,1 milhões de linhas no ano, resultado da migração de clientes do pré-pago para o pós-pago, do aumento da competição e da manutenção de uma rígida política de limpeza de base. A dinâmica da base pré-paga deixa claro que ainda existem muitos clientes com múltiplos chips (SIM cards). Portanto, a companhia continua perseguindo a consolidação dos mesmos na sua

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

base através do aumento do comprometimento utilizando-se de ofertas com pacotes completos de serviços.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **O 4G finalizou o período com 34,5 milhões de usuários.** Na comparação anual, o crescimento foi de +24,9%, explicado pela migração dos usuários 3G para o 4G;
- A base do 3G foi de 11,3 milhões de usuários, redução de 40,8% A/A, mantendo a trajetória de redução;
- A base de M2M e Terminais de dados fechou o trimestre com 2,5 milhões de linhas, +24,8% A/A.

A base de smartphones representou uma penetração de 85,0% do total de clientes em dezembro de 2018, um crescimento de 4,1 p.p na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse crescimento corrobora com a estratégia da Companhia em equipar seus clientes com aparelhos 4G, afim de estimular a penetração dos serviços de dados

6.3. Segmento Fixo

A base da TIM Live totalizou 467 mil acessos em 2018, crescimento de 19,1% na comparação anual. As adições líquidas foram de 75 mil clientes no acumulado do ano, sendo 50 mil em tecnologia FTTH (*Fiber To The Home*).

A TIM Live continua com seu foco no investimento para expansão de tecnologia de conexão com ofertas de maior velocidade e ótima estabilidade. A cobertura representada pelo número de domicílios com FTTH disponível já atingiu 26% da cobertura total em 2018. Até dezembro, a Companhia já possuía 11 cidades com FTTH, sendo cinco capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Goiânia e Manaus).

O TIM Casa Internet, que utiliza a tecnologia WTTX para ofertar banda larga residencial através da rede móvel encerrou 2018 com 123 cidades disponíveis para venda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
Receita Líquida	17.050	16.234	5,0%
Receita de Serviços	16.205	15.474	4,7%
Serviço Móvel	15.346	14.687	4,5%
Gerada pelo Cliente	14.057	13.380	5,1%
Interconexão	712	835	-14,7%
Outras Receitas	577	472	22,2%
Serviço Fixo	860	787	9,2%
dos quais TIM Live	392	283	38,4%
Receita de Produtos	845	760	11,2%

No acumulado de 2018, a **Receita Líquida alcançou R\$ 17.050 milhões, crescimento de 5,0% A/A** suportada pela **Receita Líquida de Serviços, que avançou 4,7% A/A** e pela Receita Líquida de Produtos que cresceu 11,2% A/A, demonstrando uma dinâmica resiliente, a despeito do cenário macroeconômico ainda em processo lento de recuperação.

Em 2018, a Receita Bruta Total registrou crescimento de 7,5% A/A, superando a expansão da Receita Líquida Total. No ano, tivemos um aumento no número de clientes que aderiram as ofertas fidelizadas, aumentando os descontos concedidos aos clientes. Esta mecânica é um dos pilares na estratégia de migração dos clientes para planos de mais alto valor.

O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:

A Receita do Serviço Móvel (RSM) avançou R\$ 659 milhões ou 4,5%, atingindo R\$ 15.346 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento desta linha foi majoritariamente influenciado pelo avanço da Receita Gerada pelo Cliente (RGC) com a queda na receita de Interconexão sendo quase totalmente compensada pelo crescimento da linha de Outras Receitas.

A Receita Gerada pelo Cliente (RGC), que é composta pelas Receitas de Voz Local, Voz Longa Distância e Dados & Conteúdo, **apresentou crescimento de 5,1% A/A em 2018**, influenciada pelo processo de migrações entre segmentos e intra-segmentos que busca aumentar a penetração de ofertas de maior valor. A expansão da RGC segue limitada por um ambiente desafiador, representado por uma recuperação econômica lenta e um cenário competitivo bastante acirrado. Esses elementos continuam impactando os níveis de recarga no pré-pago e em certa medida a

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

aquisição de planos pós-pagos. Ainda assim, a receita gerada pelos pacotes de ofertas recorrentes avançou 29,3% A/A e pacotes passou a representar 77,1% da RGC (vs. 62,7% em 2017).

A Receita de Interconexão registrou queda de 14,7% atingindo R\$ 712 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O resultado dessa linha segue impactado pela combinação da redução nas tarifas VU-M e um menor crescimento no tráfego entrante.

As Outras Receitas Móveis encerraram 2018 com aumento de 22,2% A/A, R\$ 577 milhões no acumulado. O desempenho desta linha segue, em grande medida, a dinâmica dos contratos de compartilhamento e *swap* de rede que geram receitas que representam mais de 50% da mesma (e com custos correspondentes na linha de Rede e Interconexão).

O ARPU (receita média mensal por usuário) móvel cresceu 11,3% A/A e atingiu R\$ 22,4 influenciado principalmente pela melhora no mix da base com as migrações para planos de maior valor. Os ARPUs dos segmentos, que excluem receitas de clientes "não-TIM" e outras receitas móveis, apresentaram pequenas expansões. O ARPU do pré-pago ficou estável em R\$ 11,5 e o do pós-pago foi de R\$ 39,9 (+0,5% A/A).

A Receita de Serviço Fixo totalizou R\$ 860 milhões ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e **apresentou um crescimento de 9,2%** em relação ao ano anterior. Esta performance é resultado do forte crescimento da TIM Live mais que compensando a queda da receita nos outros negócios do segmento fixo (corporativo e atacado).

A TIM Live manteve o ritmo de forte crescimento, com expansão de 38,4% A/A. Com a ampliação da cobertura, a Live passou a estar presente em 14 cidades (sendo 5 capitais) e já representa quase 50% da receita de serviço fixo.

A Receita de Produtos totalizou R\$845 milhões, um crescimento de 11,2% comparado a 2017, reflexo do melhor mix das vendas que contribuiu para a elevação do preço médio dos aparelhos vendidos (+7,7% A/A). Este aumento foi acompanhado de uma redução de 3,1% no volume de aparelhos comercializados no ano de 2018 em relação ao ano de 2017.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
Custos Reportados da Operação	(10.487)	(10.287)	1,9%
Custos Normalizados* da Operação	(10.487)	(10.285)	2,0%
Pessoal	(994)	(956)	4,0%
Comercialização	(3.518)	(3.494)	0,7%
Rede e Interconexão	(3.661)	(3.826)	-4,3%
Gerais e Administrativos	(579)	(548)	5,5%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(884)	(847)	4,4%
Provisão para Devedores Duvidosos	(530)	(316)	67,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(322)	(297)	8,3%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(9.604)	(9.438)	1,8%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 431 mil no 4T18, +R\$ 1,1 milhão no 2T18, +R\$ 220 mil no 1T18 e +R\$ 1,8 milhão no 2T17), custos temporários de RH e G&A (+R\$ 120 mil no 2T17 e +R\$ 132 mil no 1T17), crédito fiscal devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 159.1 milhões no 4T18) e revisão do prognóstico de perda para contingências trabalhistas com pessoal próprio e de terceiros e para contingências fiscais (+R\$ 156.5 milhões no 4T18).

Os Custos e Despesas Reportados no ano de 2018 totalizaram R\$ 10.487 milhões, um aumento de 1,9% em relação aos custos reportados em 2017. **Desconsiderando os efeitos não recorrentes, os Custos e Despesas Normalizados Totais aumentaram 2,0% no ano, totalizando R\$ 10.487 milhões em 2018.** Os principais efeitos que afetaram os custos foram (i) (-R\$ 159 milhões) ganho advindo da decisão judicial referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (DFP nota 9), (ii) (+R\$ 157 milhões) revisão do prognóstico de perdas para provisões trabalhistas e fiscais referente a casos de anos anteriores (DFP nota 24) e, (iii) (+R\$ 431 mil) ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (DFP nota 16).

O desempenho desta linha é explicado por (i) o aumento no custo de mercadorias vendidas (CMV), (ii) o aumento na PDD fruto da maior exposição a clientes pós-pago e (iii) as despesas relacionadas ao direito de uso da marca TIM. Ainda assim, tal performance segue abaixo da inflação registrada no período (IPCA 12M; 3,75%) e influenciada positivamente pelas iniciativas entregues em nosso Plano de Eficiência.

O Plano de Eficiência atingiu 118% da meta estabelecida para o ano de 2018, reforçando o foco no estrito controle de custos. No acumulado do período, as iniciativas do plano geraram economias que somaram mais de R\$ 340 milhões.

Uma análise do detalhamento das despesas operacionais do ano está apresentada abaixo:

Pessoal Normalizado alcançou R\$ 994 milhões em 2018, apresentando alta de 4,0% em relação a 2017 impactado por (i) inflação do ano anterior, que corrigiu a base de salários e benefícios; (ii) maior número de colaboradores (+1,5% A/A); (iii) efeitos temporários gerados pelo término de contratos de executivos que deixaram companhia; e (iv) recomposição de planos de previdência antigos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Comercialização aumentou 0,7% A/A, atingindo R\$ 3.518 milhões impactada por maiores despesas (i) com vendas de pós-pago e banda larga residencial, (ii) com publicidade e propaganda devido as campanhas de lançamento de novas ofertas ao longo do ano e (iii) referente ao direito de uso da marca TIM⁶. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelas (i) eficiências geradas através da digitalização de processos, (ii) redução das despesas com FISTEL e (iii) queda nas despesas com comissionamento de recarga.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou queda de 4,3% A/A, quando comparada com 2017. Este resultado foi influenciado pelos menores custos de Interconexão, tendo como principais fatores de melhoria (i) a queda na tarifa de terminação móvel (VU-M), (ii) menor pressão do tráfego sainte para outras operadoras e (iii) redução dos custos com provedores de conteúdo. Esses efeitos positivos mais do que compensaram os maiores custos relacionadas a elementos de rede e compartilhamento e locação de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2018 com um crescimento de 5,5% em relação a 2017, explicado principalmente maiores despesas atreladas aos serviços de cobrança com o início de uma nova operação de *contact center* em setembro, uma das iniciativas implementadas em nosso plano de ação para recuperar o PDD e maiores custos associados a manutenção.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R\$ 884 milhões, aumento de 4,4% quando comparado a 2017, acompanhando a dinâmica da receita de aparelhos, com aumento no preço médio de venda de 7,7% A/A mais que compensando a redução no volume de vendas no período (-3,1% A/A).

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) em 2018, atingiram R\$ 530 milhões, um aumento de 67,5% frente ao resultado de 2017, explicado pelo crescimento contínuo da receita exposta a inadimplência em função do crescimento da base pós-paga. Mesmo com essa expansão, a PDD como percentual da Receita Bruta permanece sob controle, no patamar de 2% no ano.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Normalizadas totalizou R\$ 322 milhões, aumento de 8,3% A/A no acumulado do ano. Apesar das oscilações sazonais ao longo do ano, a participação dessa linha sobre o OPEX total normalizado de 2018 ficou praticamente estável em 3,1% (versus 2,9% em 2017).

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R\$ 46,4 por adição bruta em 2018, um aumento de 17,1% A/A. Ainda permanecem sendo os motores dessa trajetória as maiores despesas com comissionamento (mix de pós-pago mais elevado nas adições brutas) e com publicidade.

⁶ No dia 17 de maio, a TIM Participações e a Telecom Itália celebraram contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Part e suas subsidiárias o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Apesar do aumento do SAC, a relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, permaneceu em um nível saudável de 2,1 meses em 2018.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
EBITDA Reportado	6.564	5.947	10,4%
Margem EBITDA Reportada	38,5%	36,6%	1,9p.p.
Depreciação & Amortização	(4.125)	(4.014)	2,8%
Depreciação	(2.250)	(2.180)	3,2%
Amortização	(1.874)	(1.833)	2,2%
EBIT	2.439	1.933	26,2%
Margem EBIT	14,3%	11,9%	2,4p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(537)	(498)	7,9%
Despesas financeiras	(951)	(1.010)	-5,8%
Receitas financeiras	413	513	-19,5%
Variações cambiais, líquidas	1	(1)	n/a
Lucro antes dos impostos	1.902	1.436	32,5%
Imposto de renda e cont. social	658	(201)	n/a
Lucro Líquido	2.559	1.235	107,3%
EBITDA Normalizado*	6.563	5.949	10,3%
Margem EBITDA Normalizada*	38,5%	36,6%	1,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(604)	(498)	21,2%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(269)	(201)	33,8%
Lucro Líquido Normalizado*	1.566	1.237	26,6%
Total de Itens Normalizados	994	(2)	n/a

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 841 mil em 2018 e +R\$ 2,1 milhões em 2017). Resultado financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e revisão do prognóstico de contingências trabalhistas e fiscais (-R\$ 66 milhões em 2018). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal devido à incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. e outros efeitos (-R\$ 994 milhões em 2018 +R\$ 2 milhões em 2017).

EBITDA

O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 6,6 bilhões em 2018, um robusto crescimento de 10,3% A/A. As principais alavancas que contribuíram para esta performance foram: (i) crescimento da Receita de Serviço Móvel, (ii) crescimento da receita do serviço fixo impulsionada pela TIM Live, e (iii) custos sob controle com o Plano de Eficiência.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2018 em 38,5%, 1,8 p.p. de acréscimo na comparação A/A, mantendo a trajetória de crescimento dos últimos 4 anos.

A exposição do EBITDA a VU-M caiu 1 p.p. fechando o ano de 2018 com a exposição em -0,2%. A dinâmica deste indicador tende a ser um pouco mais volátil e ligada a dinâmica do tráfego off-net (entrante vs. saínte).

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

D&A apresentou incremento de 2,8% A/A em 2018, explicada, principalmente, pelo crescimento no investimento em *software* dedicados ao processo de digitalização e pela licença de 700MHz (a amortização da licença começa após a ativação das cidades). **O EBIT Normalizado cresceu 26,0% A/A no ano**, enquanto O EBIT reportado apresentou crescimento 26,2% A/A em 2017.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Reportado foi negativo em R\$ 537 milhões sendo impactado por efeitos não-recorrentes no total de R\$ 66 milhões.

Excluindo-se esses efeitos, o Resultado Financeiro Líquido Normalizado foi negativo em R\$ 604 milhões, 21,2% mais negativo do que em 2017. Tal desempenho é explicado por impactos gerados a partir da liberação do uso⁷ da licença 700MHz em mais cidades, pelo incremento de PIS/COFINS relacionado a distribuição de juros sobre capital próprio.

Imposto De Renda E Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Reportado foi positivo em R\$ 658 milhões, em 2018, sendo afetado pelos efeitos não-recorrentes descritos anteriormente e pelo impacto da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A., que gerou um crédito fiscal de R\$ 950 milhões.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Normalizado foi positivo em R\$ 269 milhões em 2018, um aumento de R\$ 68 milhões versus o 2017, com alíquota efetiva de 14,7% versus -14,0% do ano anterior. Tal resultado é principalmente explicado pela expansão do EBIT compensado parcialmente pela dedutibilidade do pagamento de Juros sobre Capital Próprio de aproximadamente R\$ 850 milhões aprovado no ano de 2018.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido Normalizado pelos efeitos descritos anteriormente totalizou R\$ 1,6 bilhão, avanço 26,6% A/A, enquanto Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,65 comparado com R\$ 0,51 no ano anterior.

O Lucro Líquido Reportado totalizou R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 107,0% A/A com LPA de R\$ 1,06 versus R\$ 0,51 em 2017.

⁷ A liberação de cidades para utilização do 700MHz, reduz a capitalização dos juros relativos a parcela da dívida atribuída a aquisição da licença, beneficiando menos o resultado financeiro (DFP Nota 15 – Intangível).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
EBITDA Normalizado*	6.563	5.949	10,3%
Capex	(3.977)	(4.148)	-4,1%
EBITDA Normalizado* - Capex	2.585	1.801	43,5%
Capital de Giro	357	579	-38,4%
Itens operacionais não recorrentes	1	(2)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	2.943	2.379	23,7%
Limpeza 700MHZ	(143)	(859)	-83,4%
Fluxo de Caixa Operacional	2.800	1.520	84,3%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 841 mil em 2018 e +R\$ 2,1 milhões em 2017).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Normalizado (FCOL) excluindo a licença de 700 MHz, foi de R\$ 2.943 milhões no ano, um aumento de R\$ 565 milhões comparado a 2017, resultado do crescimento do EBITDA e da redução do CAPEX, porém com uma menor contribuição do capital de giro.

CAPEX

Em 2018, os investimentos recuaram 4,1% A/A, totalizando R\$ 3.977 milhões e continuaram sendo destinados à infraestrutura (mais de 85%), principalmente a projetos de rede de transporte, TI e tecnologia 4G através do 700MHz e do *refarming* de 1,8 GHz e 2,1 GHz.

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta em 2018 totalizou em R\$ 3.325 milhões, uma redução de R\$ 3.098 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.732 milhões (relacionado a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros); e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 70 milhões (reduzindo a dívida bruta) que inclui os derivativos de proteção comercial ("*Call Option*" de Dólar). Neste ano, houve a reclassificação do valor remanescente referente à aquisição da licença 700MHz, cujo valor atualizado em 2018 é de R\$ 114 milhões, o qual a Companhia está contestando judicialmente⁸.

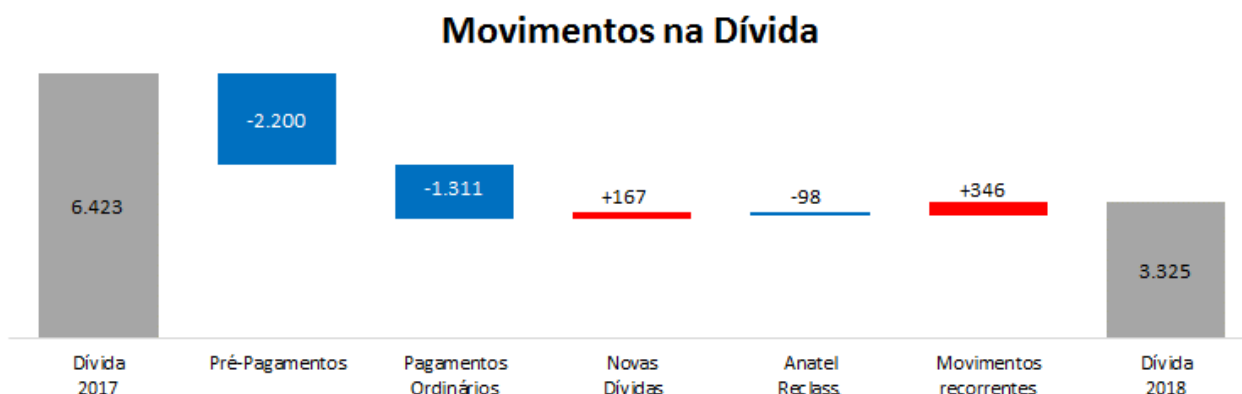
A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (75% do total), composta principalmente por financiamentos com o BNDES. Aproximadamente 16% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por hedge para moeda local.

⁸ Em decorrência de um valor adicional assumido pela TIM Celular (antiga denominação da TIM S/A, subsidiária integral da TIM Participações), essa deveria ter obtido um desconto no montante final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz, entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 30 de junho de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2018) o qual ainda está pendente de julgamento. (Nota 19 DFP - Autorizações a Pagar)

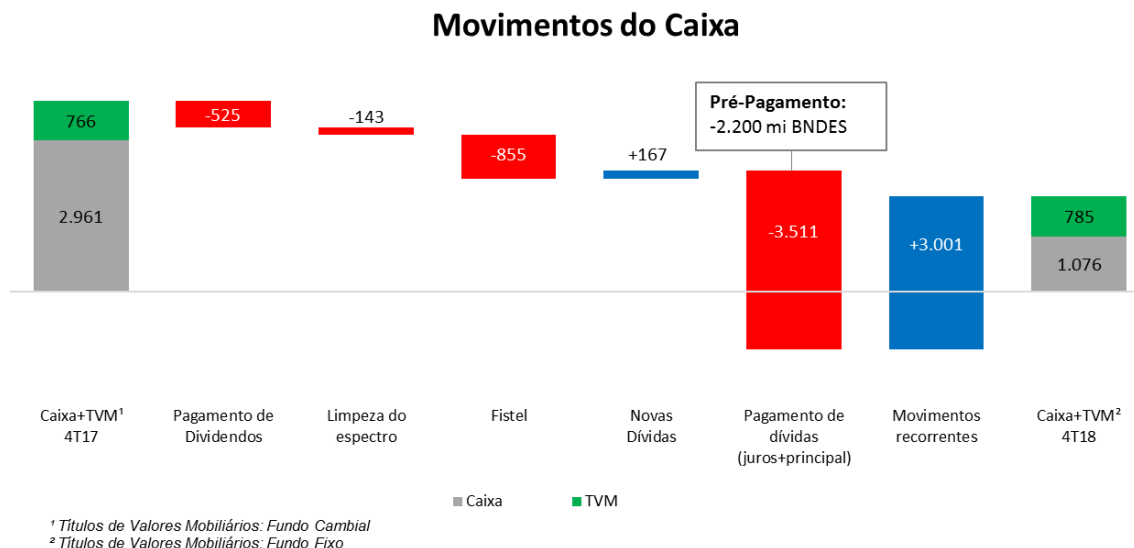
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 8,4% a.a comparado com 10,5% a.a em 2017. Durante o ano de 2018 foram efetuados importantes pré-pagamentos de dívida ao BNDES que, juntos ao processo normal de amortização e pagamento de juros da dívida, totalizaram um valor de R\$ 3.511 milhões.



Em 2018, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 1.860 milhões, uma redução de R\$ 1.866 milhões A/A. Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos que impactaram o ano de 2018 são apresentados a seguir:



No acumulado do ano, o rendimento financeiro médio foi de 6,5% a.a comparado com 10,2% a.a no mesmo período do ano anterior, acompanhado a redução da taxa Selic.

A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 0,22x no ano de 2018, uma redução comparada aos 0,45x de 2017. Em 2018, a Dívida Líquida totalizou R\$ 1.465 milhões, queda de R\$ 1.232 milhões comparada ao mesmo período do ano, quando a dívida líquida foi de R\$ 2.697 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

8. Responsabilidade Social

As Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental da Companhia orientam as ações e iniciativas e baseiam-se nos princípios do Pacto Global da ONU, compromisso voluntário do qual a TIM é signatária desde 2008. Os dez princípios do Pacto Global organizados em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção são utilizados como diretrizes para a condução do negócio da Companhia.

Em novembro de 2018 a TIM foi confirmada pelo 11º ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, lista que contempla ações das empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e governança corporativa, mantendo-se como a empresa do setor de telecomunicações por mais anos consecutivos na lista.

A Companhia possui Política de Gestão da Mudança do Clima que estabelece diretrizes de gestão das suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e também publica o inventário de GEE na plataforma do Registro Público de acordo com a metodologia do Protocolo GHG. Em 2018 pelo sexto ano o inventário de GEE foi qualificado com selo ouro.

Instituto TIM

Fundado em julho de 2013, o Instituto TIM (www.institutotim.org.br) tem a missão de desenvolver recursos e estratégias para a democratização da ciência, tecnologia e inovação, por meio de projetos de educação matemática e científica para crianças e jovens e da elaboração de tecnologias livres que contribuam para a implementação de políticas públicas.

As ações do Instituto TIM já alcançaram aproximadamente 500 municípios, em todos os 26 estados e Distrito Federal, beneficiando mais de 700 mil pessoas, entre elas, 500 mil estudantes e 15 mil professores.

Em 2018, 200 estudantes receberam as Bolsas Instituto TIM-OBMEP, oferecidas a medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que ingressaram em universidades públicas e advêm de famílias de baixa renda. O auxílio aos estudantes é fruto da parceria entre o Instituto TIM e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

O Academic Working Capital – AWC, programa de educação empreendedora que oferece mentoria e apoio financeiro para estudantes universitários que queiram transformar seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em negócios de base tecnológica, teve continuidade em 2018. No final do ano, os estudantes apoiados pelo programa apresentaram seus negócios em uma Feira de Investimentos, com a presença de investidores e especialistas de mercado.

Ainda no campo da educação, a Busca Ativa Escolar (<http://buscaativaescolar.org.br/>), plataforma desenvolvida pelo Instituto TIM em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), contribuiu para que mais de 2.000 municípios brasileiros pudessem enfrentar a exclusão escolar em seus territórios, utilizando a tecnologia livre para agilizar a busca e a reinserção de crianças e adolescentes que estão fora da escola.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A educação científica compõe uma das linhas de atuação do Instituto TIM. Em 2018, pela primeira vez, o Instituto TIM estabeleceu parceria com o Garatea-ISS, programa de educação científica e aeroespacial para crianças. O objetivo do programa é despertar o interesse dos estudantes e o gosto pela ciência de forma prática e divertida. Ao final do projeto, os melhores experimentos científicos foram selecionados e o projeto vencedor está em fase de preparação para ser lançado à Estação Espacial Internacional (ISS).

Outro projeto inédito apoiado pelo Instituto TIM em 2018 foi o Robolab, que ofereceu formação e aulas de robótica a professores e estudantes de escolas públicas do estado de São Paulo. O Instituto TIM ofereceu a conectividade das escolas para que as oficinas de formação de professores e as aulas de robótica pudessem acontecer.

Energia

Alinhada com os princípios de suas Políticas Ambiental e de Gestão da Mudança do Clima, a TIM considera a eficiência do consumo de energia como um dos seus desafios. O já esperado aumento do consumo de energia, devido à expansão da infraestrutura de rede, é acompanhado por ações de eficiência energética. Os projetos incluem a modernização da iluminação e climatização predial; desligamento, temporário ou permanente, de equipamentos ociosos; Freecooling – sistema de troca de calor de contêineres de equipamentos, por meio da instalação de cooler em sites do tipo shelter (gabinetes) que permite a redução do uso de energia e de gases refrigerantes nos equipamentos de ar-condicionado; Decomissioning – desligamento e remoção de equipamentos do site com objetivo de obter economia de energia e liberar espaço físico para novos projetos.

Consumo energético	2018	2017
Eletricidade (MWh)	1.028.350 ¹	719.070
Combustíveis (L)	1.120.775 ¹	1.054.548

⁽¹⁾ Dados sujeitos à alteração após verificação externa.

Além do investimento em eficiência energética, a TIM tem buscado fontes alternativas de energia, ciente do potencial que o Brasil oferece em fontes renováveis. Em 2018, a Companhia deu continuidade à autogeração de energia renovável por meio de 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) arrendadas no final de 2017 que atendem à demanda de energia de mais de mil sites. Além dessa iniciativa, seguimos também com a geração de energia solar, com cerca de 40 painéis fotovoltaicos em operação em diferentes regiões do Brasil. Em 2018, as fontes de energia renovável totalizaram cerca de 26% do consumo de eletricidade da Companhia. (302-4, GRI Standard)

Ao final de 2018, a TIM alcançou um total de 841 Biosites ativos. Os Biosites são estruturas com significativa redução no impacto visual e que, além da transmissão de telecomunicações, agregam também na iluminação e segurança através de câmeras de vigilância.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Para mais informações, acesse o Relatório de Sustentabilidade da TIM, que traz os principais resultados financeiros, sociais e ambientais, além de temas importantes para o negócio e para a governança da sustentabilidade da Companhia, assim como nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

As iniciativas de investimento social incluem doações, projetos do Instituto TIM e patrocínios. Em 2018 foram investidos mais de R\$ 8 milhões em benefício social, conforme detalhado na tabela abaixo:

Investimento Social Privado 2018 (R\$'000)	
Doações	73
Projetos do Instituto TIM	3.703
Educação	2.071
Aplicações	188
Trabalho	600
Inclusão	190
Outros	654
Iniciativas na Comunidade¹	4.760
Patrocínios esportivos	-
Patrocínios culturais	4.760
Outros	-
Total	8.536

¹ Incentivos Fiscais estão inclusos no montante total investido nesta categoria e representam aproximadamente 80% do investimento em Iniciativas na Comunidade.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

9. Governança Corporativa

9.1. Única Companhia de Telecom no Novo Mercado

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao “Novo Mercado”, segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e também do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais.

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM Participações é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

9.3. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: <http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/>, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração é formado por 9 (nove) membros, sendo 3 (três) deles independentes. Em 2018 o CDA se reuniu 14 (quatorze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Executiva, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

O Conselho de Administração tem 2 (dois) comitês de assessoramento, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, podendo haver participação de um ou mais membros em ambos os Comitês, simultaneamente. O Conselho de Administração tem ainda um órgão de assessoramento e instrução vinculado diretamente, o Comitê de Auditoria Estatutário.

9.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria Executiva da Companhia é composta por 6 (seis) membros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros. Em 2018 o CF se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, compostos por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission – SEC*. Em 2018 o CAE se reuniu 22 (vinte e duas) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Executiva da Companhia e pela auditoria externa da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2018, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

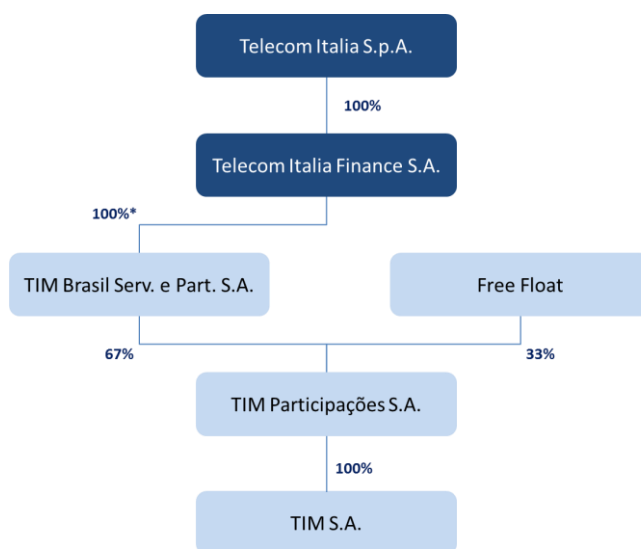
9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente o CCR é composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2018 o CCR se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia. Ao longo de 2018 o CR se reuniu 3 (três) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Estrutura Acionária



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. E Part. S.A.

A Companhia encerrou 2018 com capital social no montante de R\$ 9.913.414.421,74, representado por 2.421.032.479 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM Participações com aproximadamente 67% das ações.

9.11. Reorganização Societária

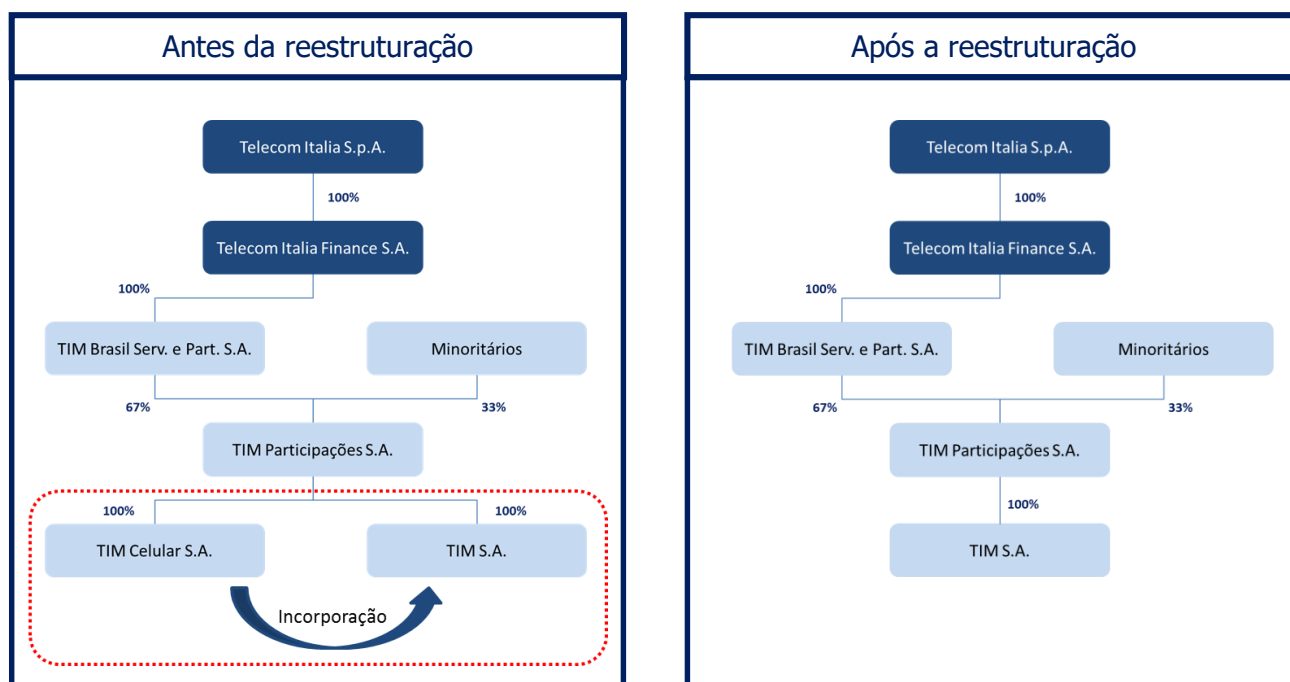
Em outubro de 2018 a Companhia concluiu seu projeto de reorganização societária das controladas TIM Celular e TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.), por meio da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. Com isso, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952,4 milhões decorrente dos valores que detém direito de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

utilização como prejuízo fiscal (R\$ 702,6 milhões) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249,7 milhões).

Conforme indicado anteriormente, a Reorganização teve por objetivo capturar sinergias operacionais e financeiras através da implementação de uma estrutura mais eficiente de processos, bem como de sistemas contábeis e de controles internos. Segue abaixo a alteração da estrutura societária.



9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

Em maio de 2018 a Companhia publicou Fato Relevante no qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral uma projeção de distribuição de um montante entre R\$ 800 e R\$ 900 milhões, aproximadamente, a título de JSCP, referente ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

2018, sendo imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício e *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Neste sentido, a TIM realizou as seguintes distribuições de JSCP, que totalizam aproximadamente R\$ 850 milhões, dentro da projeção previamente disponibilizada pela Companhia ao mercado, e que correspondem a 31,8% do Lucro Líquido ajustado informado acima.

Data de Pagamento	Valor Distribuído	Valor por Ação
24/01/2019	379.993	0,156997806
12/11/2018	240.007	0,099162742
10/08/2018	230.000	0,095040657

1ª Emissão De Debêntures da TIM S.A.

Em janeiro de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária TIM S.A., emitiu R\$ 1,0 bilhão em Debentures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos serão destinados ao reforço de capital de giro e serão remunerados a 104,10% do CDI pelo prazo de 18 meses.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

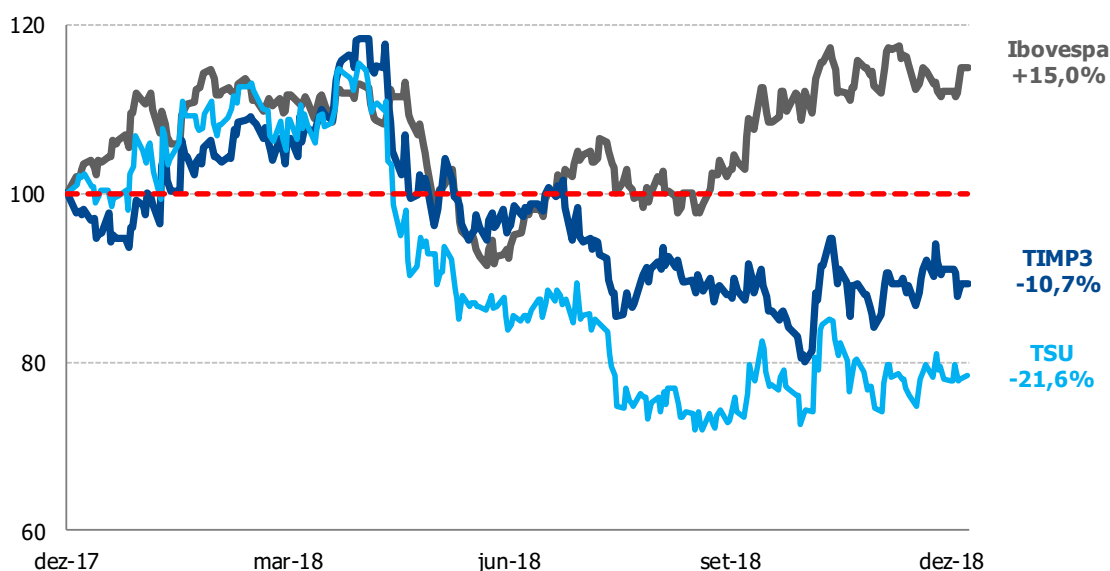
10. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM Participações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMP3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TSU.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2018 em 87.887 pontos, acumulando uma alta de 15,0% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 2,8 trilhões.

Performance das Ações da TIM Participações

(Base 100 em 29 de dezembro de 2017; $\Delta\%$ Dez-17 x Dez-18)



Fonte: Bloomberg

A Companhia encerrou 2018 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 11,70 na B3, uma queda de 10,7% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U\$ 15,14, queda de 21,6% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 28,2 bilhões ou US\$ 7,6 bilhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Considerações Finais

A TIM Participações S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 31 de dezembro de 2018, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2017) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com sua controlada (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts – ADRs*), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo e do ato societário de incorporação, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que essa norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foi ajustada para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2019.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (*financial instruments*)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 48, equivalente ao IFRS 9, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia decidiu pela adoção dessa norma de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018, reconhecendo o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros no patrimônio líquido.

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (*impairment*), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em relação a classificação, a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

- (i) Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e
- (ii) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 39, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros. Não houve impacto relevante em relação a classificação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em decorrência da adoção da nova norma. As informações completas por natureza dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme determinado por essa nova norma, estão divulgadas na Nota 37.

Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resultou em um acréscimo de aproximadamente R\$ 130 milhões nas provisões para créditos de liquidação duvidosa

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de “reserva de lucros”, conforme apresentado na tabela abaixo.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Revenue from Contracts with Customers)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47, equivalente ao IFRS 15, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia adotou o IFRS15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Portanto, conforme previsto na norma, a Companhia reconheceu o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros. De acordo com esse método de transição, a entidade aplicou o pronunciamento retrospectivamente somente aos contratos que não foram concluídos até a data da aplicação inicial.

Atualmente, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam basicamente equipamentos ou aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, sendo, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

Identificação dos contratos

A Companhia realizou um extenso trabalho de revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que pudessem ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Na data da adoção e início do contrato, a Companhia avaliou os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e identificou as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- (i) Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- (ii) Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- (a) o cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- (b) a promessa da Companhia de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Perante revisão dos seus contratos, a Companhia verificou que praticamente existem duas obrigações de desempenho: (i) venda e/ou aluguel de equipamentos ou aparelhos celulares; e (ii) prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel e banda larga (*internet*). Portanto, a Companhia reconhecerá as receitas quando, ou à medida que satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo, que é no momento da entrega.

Determinação e alocação do preço da transação a obrigação de desempenho

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O preço de venda individual foi definido internamente pela Companhia a partir dos preços de venda individual praticados pela Companhia ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com características similares.

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita trouxe em alguns casos a aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos e/ou aparelhos celulares, que são geralmente reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, basicamente em decorrência da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviço mais equipamento/aparelho. A diferença entre os valores contábeis das vendas desses equipamentos e/ou celulares e o valor recebido do cliente é reconhecido como um ativo e/ou passivo contratual no início do contrato. Enquanto que as receitas de serviços de telefonia são reconhecidas no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço for prestado mensalmente.

A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Custo para obtenção do contrato

De acordo com a norma a entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos. Durante a adoção da nova norma, a Companhia contabilizou como ativo na rubrica “despesas antecipadas” os valores incorridos por estes conceitos, sendo posteriormente reconhecido ao resultado, de forma consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Cabe destacar que a Companhia já possuía como prática contábil a capitalização dos custos com a obtenção de novos contratos, apenas no segmento corporativo, os quais estavam mensurados e registrados, líquido de qualquer ajuste por *impairment*, conforme requerimentos do CPC04 e/ou IAS38, e que com a adoção do IFRS 15/CPC 47, a administração da Companhia decidiu reclassificar os saldos acumulados da rubrica “intangível” para “despesas antecipadas”.

Como resultado do descrito acima, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento na rubrica “reserva de lucros” no montante de R\$ 36 milhões, antes dos tributos diferidos.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS15/CPC47, incluindo também efeitos da adoção do IFRS9/CPC48, nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2018.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	Originalmente reportado	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e 9
	1º. de janeiro de 2018		1º. de janeiro de 2018
Ativo	32.600.365	(58.100)	32.542.265
Circulante	7.607.388	38.474	7.645.862
Contas a receber de clientes (e)	2.540.856	(130.137)	2.410.719
Ativo contratual (b)	-	5.397	5.397
Estoques	123.785		123.785
Despesas antecipadas (a, c)	168.366	163.214	331.580
Outros ativos	4.774.381		4.774.381
Não Circulante	24.992.977	(96.574)	24.896.403
Realizável a longo prazo	2.841.962	32.186	2.874.148
Contas a receber de clientes	26.207		26.207
Despesas antecipadas (a, c)	39.466	32.186	71.652
Outros ativos	2.776.289		2.776.289
Imobilizado	10.838.488		10.838.488
Intangível (c)	11.312.527	(128.760)	11.183.767
Passivo e do Patrimônio Líquido	32.600.365	(58.100)	32.542.265
Total do Passivo	14.449.181	4.020	14.453.201
Circulante	7.224.437	30.295	7.254.732
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	480.431	30.295	510.726
Outros passivos	6.744.006		6.744.006
Não Circulante	7.224.744	(26.275)	7.198.469
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	990.932	5.408	996.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos (f)	98.919	(31.683)	67.236
Outros passivos	6.134.893		6.134.893
Patrimônio Líquido	18.151.184	(62.119)	18.089.065
Capital social	9.866.298		9.866.298
Reservas de lucros	6.612.819	(62.119)	6.550.700
Outros	1.672.067		1.672.067

Durante o exercício de 2018, a aplicação das novas normas contábeis gerou os seguintes impactos no resultado:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	Saldos sem IFRS 15 e IFRS 9	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e IFRS 9
Receita líquida de serviços (b, d)	16.205.208	1.030	16.206.238
Receita líquida de produtos (b, d)	844.968	(69.877)	775.091
Receita líquida	17.050.176	(68.847)	16.981.329
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.581.463)	-	(4.581.463)
	12.468.713	(68.847)	12.399.866
	(5.905.173)	(122.849)	(6.028.022)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (a, e)	(4.685.128)	(122.849)	(4.807.977)
Gerais e administrativas	(936.756)	-	(936.756)
Outras receitas (despesas), líquidas	(283.289)	-	(283.289)
	6.563.540	(191.696)	6.371.844
Depreciação e amortização (c)	(4.124.567)	170.246	(3.954.321)
Receitas (despesas) financeiras	(537.333)	-	(537.333)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.901.640	(21.450)	1.880.190
Imposto de renda e contribuição social (f)	657.617	7.294	664.911
Lucro líquido do período	2.559.257	(14.156)	2.545.101

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- a- Valores de custos na obtenção de contratos com clientes que serão diferidos pelo período do contrato (período de fidelização de 12 a 24 meses), líquido de qualquer ajuste por *impairment*.
- b- O ativo contratual que é reconhecido quando a Companhia tiver concluído a obrigação de desempenho por meio da venda de equipamentos/aparelhos ou pela prestação de serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes que o pagamento seja devido.
- c- Reclassificação para a rubrica despesas antecipadas de custos na obtenção de contratos que anteriormente eram capitalizados como intangível.
- d- Passivo contratual que é reconhecido quando o cliente tiver pago a contraprestação ou a Companhia tiver direito ao valor da contraprestação que seja incondicional, antes que a Companhia tenha concluído com a obrigação de desempenho, pela prestação de serviços ao cliente.
- e- Aumento da provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa decorrente da aplicação da nova regra prevista pelo IFRS 9/CPC 48, no qual a Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas.
- f- Reflexo tributário sobre os ajustes iniciais das novas normas contábeis.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contratos com clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	2018
Ativo contratual	130
Passivo contratual	(20.928)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2018	(12.305)
Adições	(23.545)
Baixas	15.052
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.798)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020
Ativo (passivo) contratual	(17.130)	(3.668)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

II As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2015 a 2017.
- IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de imposto de renda.
- Alterações IFRS 9 – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa.
- Alterações no IAS 28 – Participações de longo prazo em coligadas e joint venture.
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint venture.
- IFRS 17 – Contrato de seguro.

Com relação as normas acima, vale destacar:

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A IAS 12 / CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trará impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 24, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia conclui o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R\$5.100 milhões no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil respectivamente.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"), no valor aproximado de R\$ 1.200 milhões, também resultando em impacto positivo no EBITDA - Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("não auditado"). Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

Com base nos estudos realizadas até o momento, a Companhia não espera que a adoção das demais normas acima, alterações e interpretações traga algum impacto significativo para as demonstrações financeiras do Grupo em 2019.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2018, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	167	267	93.960	40.283
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	-	28.102	981.570	2.920.435
	<u>167</u>	<u>28.369</u>	<u>1.075.530</u>	<u>2.960.718</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 100,27% (100,92% em 31 de dezembro de 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	2018	2017
FUNCINE (3)	5.229	2.997
Fundo Soberano (4)	14.472	-
FIC: (1)		
Títulos Públicos	292.708	284.075
Operações compromissadas (2)	289.352	236.095
Letra Financeira	96.868	161.789
Outros	91.441	83.655
	<u>790.070</u>	<u>768.611</u>
Parcela circulante	<u>(784.841)</u>	<u>(765.614)</u>
Parcela não circulante	5.229	2.997

(¹) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC’s abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FIC’s foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(³) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões.

(⁴) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais.

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“*unbilled*”). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada (“*impairment*”).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de clientes	2.969.116	2.567.063
Contas a receber bruta	3.656.044	3.031.808
Serviços faturados	1.733.229	1.390.616
Serviços a faturar (“ <i>unbilled</i> ”)	774.484	610.570
Uso de rede	455.228	367.894
Venda de mercadorias	691.312	661.180
Outras contas a receber	1.791	1.548
Perdas por crédito de liquidação esperada	(686.928)	(464.745)
Parcela circulante	(2.838.808)	(2.540.856)
Parcela não circulante	130.308	26.207

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A parcela não circulante inclui o valor de R\$103 milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação das perdas por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>2017</u>
Saldo inicial	464.745	370.452
Constituição de provisão	544.881	316.387
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.f)	130.137	-
Baixas de provisão	(452.835)	(222.094)
Saldo final	<u>686.928</u>	<u>464.745</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>2017</u>
Total	<u>3.656.044</u>	<u>3.031.808</u>
A vencer	2.459.315	2.028.983
Vencidos até 30 dias	308.744	271.560
Vencidos até 60 dias	144.309	113.584
Vencidos até 90 dias	117.759	109.568
Vencidos a mais de 90 dias	625.917	508.113

Política contábil anterior para *impairment* das contas a receber de clientes

No exercício anterior, o *impairment* das contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. O Grupo considerou que haveria evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado:

- . Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- . Probabilidade do devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e
- . Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 dias de atraso).

Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	2018	2017
Estoques	183.059	123.785
Estoques	189.826	133.899
Aparelhos celulares e tablets	145.819	107.195
Acessórios e cartões pré-pagos	33.621	16.156
TIM chips	10.386	10.548
Perdas para ajuste ao valor de realização	(6.767)	(10.114)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	2018	2017
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	1.192.765	1.335.587
ICMS	1.152.741	1.296.255
Outros	40.024	39.332
Parcela circulante	(280.254)	(386.001)
Parcela não circulante	912.511	949.586

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos e contribuições diretos a recuperar	45.278	11.677	905.521	532.543
Imposto de renda e contribuição social (i)	-	2.129	414.408	434.823
PIS / COFINS (ii)	-	3.721	384.093	53.509
Outros	45.278	5.827	107.020	44.211
Parcela circulante	(45.278)	(11.677)	(347.505)	(323.040)
Parcela não circulante	-	-	558.016	209.503

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização é esperada para o exercício de 2019; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM Participações, através de sua controlada TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da Tim Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, respectivamente, 2007 e 2006, retroagindo, conforme lhes é permitido, tais efeitos em 5 anos – 2002 e 2001. Desde o posicionamento favorável aos contribuintes emanado pelo STF, a Companhia, sustentada pela opinião de seus consultores jurídicos, não mais inclui o ICMS na base de cálculo das contribuições previdenciárias do PIS e da COFINS a partir de abril de 2017.

Os processos da Controlada já receberam decisões favoráveis em Segunda Instância Judicial, alinhando o entendimento dos tribunais inferiores com o que foi definido pelo STF, tanto que os recursos apresentados pela Fazenda Nacional vêm sendo negados, pelos mesmos argumentos. Mesmo com a processual existência de pedido de Modulação de efeitos realizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia entende, corroborada por seus assessores jurídicos que a decisão não afetará qualquer direito pleiteado nas ações judiciais propostas.

A Companhia está realizando o levantamento dos valores que fará jus ao final dos processos, após seu trânsito em julgado e os devidos reconhecimentos procedimentais, e este aponta créditos totais da ordem estimada de R\$ 3.296 milhões, sendo R\$ 1.863 milhões de principal e R\$ 1.434 milhões de atualização monetária. Adicionalmente a esse potencial crédito tributário, em novembro de 2018, em virtude do trânsito em julgado, a Companhia registrou o montante de R\$ 353 milhões, sendo 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 25. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	896.100	126.386
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	3.345	908	293.349	196.589
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	244.428	164.707
Ajuste a valor presente - licença 3G	-	-	9.124	11.066
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	53.569	53.569	58.268	59.839
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	24.978	19.003
Provisão para participação dos empregados	624	1.479	22.181	40.902
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado - TIM Fiber	-	-	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(22.551)	(16.432)
Juros capitalizados 4G	-	-	(301.525)	(258.175)
Custo atribuído - TIM S.A.	-	-	(82.042)	(94.912)
Outros	-	-	74.821	65.686
	<u>57.538</u>	<u>55.956</u>	<u>859.509</u>	<u>(42.963)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	<u>(57.538)</u>	<u>(55.956)</u>	<u>(57.538)</u>	<u>(55.956)</u>
	-	-	801.971	(98.919)
Parcela imposto ativo diferido	-	-	801.971	-
Parcela imposto passivo diferido	-	-	-	<u>(98.919)</u>

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2018.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2019	102.835
2020	189.756
2021 em diante	603.509
Prejuízos fiscais e base negativa	896.100
Diferenças temporárias	(94.129)
Total	801.971

A controlada com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A controlada utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$85.812 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$132.389 em 31 de dezembro de 2017 – antiga TIM Celular S.A.).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$107.092 em 31 de dezembro de 2018 (R\$102.860 em 31 de dezembro de 2017).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2018	2017
Despesas antecipadas	346.441	207.832
Propagandas não veiculadas (i)	76.651	124.387
Aluguéis e seguros	78.005	49.185
Swap de rede (ii)	11.449	20.191
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	173.056	-
Outros	7.280	14.069
Parcela circulante	(272.060)	(168.366)
Parcela não circulante (iii)	74.381	39.466

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Em 1º de abril de 2010, a controlada TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC47, os quais são amortizados ao resultado em conformidade com o prazo do contrato, usualmente de 2 anos. O saldo reclassificado da rubrica “intangível” em 1º. de janeiro de 2018 foi de R\$128.760 (nota 2.f).

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos judiciais	131.270	112.307	1.345.113	1.366.576
Cível	4.546	1.277	334.028	344.204
Trabalhista	106.335	92.311	492.000	493.705
Tributário	1.763	1.693	299.310	286.375
Regulatório	-	-	111	111
Penhora Online (*)	18.626	17.026	219.664	242.181

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 66.700 (R\$63.869 em 31 de dezembro de 2017).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré-paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 95.322 (R\$ 92.066 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 74.358 (R\$ 71.722 em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.026 (R\$ 9.687 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.719 (R\$ 15.824 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.868 (R\$ 10.539 em 31 de dezembro de 2017).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.519 (R\$ 7.056 em 31 de dezembro de 2017).
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.793 (R\$ 5.937 em 31 de dezembro de 2017).
- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.485 (R\$ 4.381 em 31 de dezembro de 2017).
- (ix) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 56.088 (R\$ 53.128 em 31 de dezembro de 2017).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participação em empresa controlada:

	31/12/2018
	TIM S.A
Quantidade de ações detidas	42.296.789,60
Participação no capital total	100%
Patrimônio líquido	19.526.515
Lucro líquido do exercício	2.672.647
Resultado de equivalência patrimonial	2.672.647
Valor do investimento	19.526.515

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31 de dezembro de 2017		
	TIM Celular S.A	TIM S.A	Total
Quantidade de ações detidas	38.254.833.561	4.041.956.045	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	<u>16.724.656</u>	<u>1.231.926</u>	
Lucro líquido do exercício	1.147.943	131.648	
Resultados não realizados	-	350	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>1.147.943</u>	<u>131.998</u>	<u>1.279.941</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.147.943</u>	<u>131.998</u>	<u>1.279.941</u>
Valor do investimento	<u>16.724.656</u>	<u>1.231.926</u>	<u>17.956.582</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	TIM S.A.	Total
Saldo do investimento em 31 dezembro 2016	15.892.119	1.099.067	16.991.186
Resultado de equivalência patrimonial	1.147.943	131.998	1.279.941
Dividendos propostos	(53.497)	-	(53.497)
Juros sobre capital próprio	(224.725)	-	(224.725)
Opções de compra de ações	7.277	(98)	7.179
Hedge de Fluxo de Caixa	1.231	959	2.190
Complemento de aposentadoria	(692)	-	(692)
Dividendos complementares pagos	(45.000)	-	(45.000)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2017	<u>16.724.656</u>	<u>1.231.926</u>	<u>17.956.582</u>
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.672.647	2.672.647
Efeito incorporação da TIM Celular	(16.724.656)	16.724.656	-
Opções de compra de ações	-	3.170	3.170
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-
Complemento de aposentadoria	-	(142)	(142)
Juros sobre capital próprio	-	(953.795)	(953.795)
Dividendos complementares	-	(89.828)	(89.828)
Impacto da adoção inicial das novas normas	-	(62.119)	(62.119)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>19.526.515</u>	<u>19.526.515</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia (controladora) possui saldo a receber de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, pelo montante de R\$ 362.436 (2017 – R\$ 53.497), sendo prevista a liquidação no início do próximo exercício.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				Saldo em 2018
	Saldo em 2017	Adições/ Depreciação	Baixas	Transferências	
Total do Custo do Imobilizado Bruto	31.166.905	2.746.039	(80.141)	-	33.832.803
Equipamentos de comutação / transmissão	18.766.840	8.974	(48.203)	2.078.638	20.806.249
Cabos de fibra ótica	683.971	20	-	78.184	762.175
Aparelhos em comodato	2.181.630	-	(15.675)	147.990	2.313.945
Infraestrutura	5.652.840	678	(4.562)	484.854	6.133.810
Bens de informática	1.615.325	9	(9.511)	73.505	1.679.328
Bens de uso geral	739.439	286	(2.018)	59.132	796.839
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.486.066	2.736.072	(172)	(2.922.303)	1.299.663
Total Depreciação Acumulada	(20.328.417)	(2.371.362)	70.598	-	(22.629.181)
Equipamentos de comutação / transmissão	(13.373.003)	(1.610.326)	47.260	-	(14.936.069)
Cabos de fibra ótica	(290.699)	(54.833)	-	-	(345.532)
Aparelhos em comodato	(2.016.018)	(124.709)	8.500	-	(2.132.227)
Infraestrutura	(2.697.878)	(463.856)	3.844	-	(3.157.890)
Bens de informática	(1.448.694)	(72.885)	9.465	-	(1.512.114)
Bens de uso geral	(502.125)	(44.753)	1.529	-	(545.349)
Total Imobilizado Líquido	10.838.488	374.677	(9.543)	-	11.203.622
Equipamentos de comutação / transmissão	5.393.837	(1.601.352)	(943)	2.078.638	5.870.180
Cabos de fibra ótica	393.272	(54.813)	-	78.184	416.643
Aparelhos em comodato	165.612	(124.709)	(7.175)	147.990	181.718
Infraestrutura	2.954.962	(463.178)	(718)	484.854	2.975.920
Bens de informática	166.631	(72.876)	(46)	73.505	167.214
Bens de uso geral	237.314	(44.467)	(489)	59.132	251.490
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.486.066	2.736.072	(172)	(2.922.303)	1.299.663

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Saldo em 2017
	Saldo em 2016	Adições/ Depreciação	Baixas	Transferências	
Total do Custo do Imobilizado Bruto	29.259.831	2.308.979	(78.280)	(323.625)	31.166.905
Equipamentos de comutação / transmissão	17.232.254	28.694	(57.683)	1.563.575	18.766.840
Cabos de fibra ótica	600.504	3	-	83.464	683.971
Aparelhos em comodato	2.071.334	-	(10.502)	120.798	2.181.630
Infraestrutura	5.269.043	238	(15.195)	398.754	5.652.840
Bens de informática	1.550.614	113	(1)	64.599	1.615.325
Bens de uso geral	675.682	18	(258)	63.997	739.439
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	2.279.913	5.359	(2.618.812)	1.486.066
Total Depreciação Acumulada	(18.175.301)	(2.180.221)	27.104	1	(20.328.417)
Equipamentos de comutação / transmissão	(11.969.208)	(1.417.827)	14.054	(22)	(13.373.003)
Cabos de fibra ótica	(242.709)	(47.990)	-	-	(290.699)
Aparelhos em comodato	(1.905.228)	(114.370)	3.580	-	(2.016.018)
Infraestrutura	(2.224.932)	(482.463)	9.211	306	(2.697.878)
Bens de informática	(1.372.663)	(76.080)	1	48	(1.448.694)
Bens de uso geral	(460.561)	(41.491)	258	(331)	(502.125)
Total Imobilizado líquido	11.084.530	128.758	(51.176)	(323.624)	10.838.488
Equipamentos de comutação / transmissão	5.263.046	(1.389.133)	(43.629)	1.563.553	5.393.837
Cabos de fibra ótica	357.795	(47.987)	-	83.464	393.272
Aparelhos em comodato	166.106	(114.370)	(6.922)	120.798	165.612
Infraestrutura	3.044.111	(482.225)	(5.984)	399.060	2.954.962
Bens de informática	177.951	(75.967)	-	64.647	166.631
Bens de uso geral	215.121	(41.473)	-	63.666	237.314
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	2.279.913	5.359	(2.618.812)	1.486.066

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) custos com comissões à representantes comerciais para obtenção de um novo cliente.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços, e no caso do custo com comissões pelo período do contrato, conforme mencionado na nota (h) abaixo. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do intangível

	Consolidado					
	Saldo em 2017	Adições/ Amortização	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 2018
Total Custo do Intangível Bruto	28.549.552	1.139.993	(479.811)	(1.270)	158.315	29.366.779
Direito de uso de softwares	15.957.808	-	1.186.103	(1.270)	-	17.142.641
Autorizações	6.391.394	94.148	1.153.428	-	-	7.638.970
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	384.455	-	(384.455)	-	-	-
Lista de clientes	95.200	-	(95.200)	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	270.687	-	36.967	-	-	307.654
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.724.587	1.045.845	(2.376.654)	-	158.315	2.552.093
Total Amortização Acumulada	(17.237.025)	(1.799.914)	350.894	1.270	-	(18.684.775)
Direito de uso de softwares	(12.265.391)	(1.416.965)	-	1.270	-	(13.681.086)
Autorizações	(4.497.758)	(347.884)	-	-	-	(4.845.642)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(255.694)	-	255.694	-	-	-
Lista de clientes	(95.200)	-	95.200	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(42.531)	(9.910)	-	-	-	(52.441)
Outros ativos	(80.451)	(25.155)	-	-	-	(105.606)
Total Intangível Líquido	11.312.527	(659.921)	(128.917)	-	158.315	10.682.004
Direito de uso de softwares (c)	3.692.417	(1.416.965)	1.186.103	-	-	3.461.555
Autorizações	1.893.636	(253.736)	1.153.428	-	-	2.793.328
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (nota 2.f)	128.761	-	(128.761)	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	155.671	(9.910)	-	-	-	145.761
Outros ativos	190.236	(25.155)	36.967	-	-	202.048
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.724.587	1.045.845	(2.376.654)	-	158.315	2.552.093

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Saldo em 2016	Adições/ Amortização	Transferênci	Baixa	Juros capitalizado	Saldo em 2017
Total Custo do Intangível Bruto	26.028.791	1.932.844	323.625	-	264.292	28.549.552
Direito de uso de softwares	14.612.475	-	1.345.333	-	-	15.957.808
Autorizações	5.399.023	50.045	942.326	-	-	6.391.394
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	203.892	180.563	-	-	-	384.455
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	198.198	17.425	55.064	-	-	270.687
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.794.582	1.684.811	(2.019.098)	-	264.292	3.724.587
Total Amortização Acumulada	(15.396.216)	(1.833.451)	-	(7.358)	-	(17.237.025)
Direito de uso de softwares	(10.880.73)	(1.377.294)	-	(7.358)	-	(12.265.39)
Autorizações	(4.235.831)	(261.927)	-	-	-	(4.497.758)
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	(101.911)	(153.783)	-	-	-	(255.694)
Lista de clientes	(86.800)	(8.400)	-	-	-	(95.200)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(32.621)	(9.910)	-	-	-	(42.531)
Outros ativos	(58.314)	(22.137)	-	-	-	(80.451)
Total Intangível Líquido	10.632.575	99.393	323.625	(7.358)	264.292	11.312.527
Direito de uso de softwares (c)	3.731.736	(1.377.294)	1.345.333	(7.358)	-	3.692.417
Autorizações	1.163.192	(211.882)	942.326	-	-	1.893.636
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas (h)	101.981	26.780	-	-	-	128.761
Lista de clientes (e)	8.400	(8.400)	-	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	165.581	(9.910)	-	-	-	155.671
Outros ativos	139.884	(4.712)	55.064	-	-	190.236
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.794.582	1.684.811	(2.019.098)	-	264.292	3.724.587

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e sua controlada possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Conseqüentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC (TIM Participações) e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas no teste de *impairment*, sumariadas a seguir:

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial/budget, sendo combatida por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2018 não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e são amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a controlada adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A controlada está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.611 (R\$8.313 em 31 de dezembro de 2017) de juros e R\$5.930 (R\$443 em 31 de dezembro de 2017) de correção monetária sobre o saldo.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A Companhia efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 8,37% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 152.480 (R\$ 251.904 em 31 de dezembro de 2017).

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A controlada possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Consolidado	
	2018	2017
LT Amazonas	208.049	205.331
	<u>208.049</u>	<u>205.331</u>
Parcela circulante	(22.491)	(19.773)
Parcela não circulante	<u>185.558</u>	<u>185.558</u>

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a controlada e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela controlada é de R\$ 499.823.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	23.049	22.491
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	104.871	38.594
Janeiro de 2024 em diante	360.767	146.964
	<u>488.687</u>	<u>208.049</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 208.049 (R\$ 205.331 em 31 de dezembro de 2017) composto por R\$ 185.558 de principal e R\$ 22.491 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano.

Passivo

	Consolidado	
	2018	2017
LT Amazonas (i)	359.987	351.063
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.501.695	1.466.895
Outros (iii)	78.392	69.214
	<u>1.940.074</u>	<u>1.887.172</u>
Parcela circulante	(205.048)	(176.925)
Parcela não circulante	<u>1.735.026</u>	<u>1.710.247</u>

i) LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	43.779	38.255
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	199.193	64.391
Janeiro de 2024 em diante	685.498	257.341
	<u>928.470</u>	<u>359.987</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 928.470. Seu valor presente é de R\$359.987, sendo R\$313.001 de principal e R\$46.986 de juros em 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela controlada e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ii) Venda e leaseback das Torres

A controlada celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “*sale and leaseback*” que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	178.994	146.792
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	810.060	330.278
Janeiro de 2024 em diante	3.484.135	1.024.625
	<u>4.473.189</u>	<u>1.501.695</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$4.473.189. Seu valor presente é de R\$ 1.501.695 sendo R\$ 1.354.903 de principal e R\$ 146.792 de juros em 31 de dezembro de 2018. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	11.770	3.352	4.323.374	3.986.557
Moeda nacional	11.490	2.870	4.158.599	3.868.603
Fornecedores de materiais e serviços (a)	11.490	2.870	4.027.092	3.649.543
Interconexão (b)	-	-	98.060	155.114
Roaming (c)	-	-	162	1.051
Co-billing (d)	-	-	33.285	62.895
Moeda estrangeira	280	482	164.775	117.954
Fornecedores de materiais e serviços (a)	280	482	137.397	80.869
Roaming (c)	-	-	27.378	37.085
Parcela Circulante	11.770	3.352	4.323.374	3.986.557

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	2018	2017
Renovação de autorizações (i)	300.253	262.513
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	-	141.659
Dívida ANATEL atualizada (ii)	113.547	98.451
Seguro garantia sobre autorizações	-	4.077
	<u>413.800</u>	<u>506.700</u>
Parcela circulante	(65.464)	(233.173)
Parcela não circulante	<u>348.336</u>	<u>273.527</u>

- (i) Para prestação do SMP, a controlada obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$300.253 (R\$262.513 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como passivo financeiro, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a controlada, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela controlada foi de R\$1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 15.g).

Em 30 de junho de 2015, a controlada distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 150 milhões em 31 de dezembro de 2018) o qual ainda está pendente de julgamento.

Em 15 de fevereiro de 2016, a controlada assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz, prorrogando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD. Dessa forma, a entidade recebeu da controlada em 31 de janeiro de 2017 o montante de R\$859 milhões, correspondente a 60%, referente as parcelas dos anos de 2016 e 2017. A 4ª e última parcela, de 10% à EAD, foi paga em 31 de janeiro de 2018, no montante de R\$ 142,9 milhões.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2018, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Dez/19 a Jul/22	578.312	1.945.140
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	489.421	1.911.383
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Dez/19 a Jan/21	56.804	263.972
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	43.420	110.937
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Dez/25	378.595	260.522
Cisco Capital (3)	USD	1,80% a 2.50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	116.465	198.990
Total				1.663.017	4.690.944
Circulante				(698.728)	(1.351.860)
Não circulante				964.289	3.339.084

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
(2) Aval da controladora TIM Participações.
(3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018.

Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia amortizou antecipadamente R\$ 800 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devedor da linha. Em 2018, outros R\$ 2.200 milhões foram pagos antecipadamente. A diminuição do saldo devedor junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o Banco, que continua com sua última parcela vincenda em julho/2022, todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500.000 junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatória seu desembolso. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano.

Em setembro de 2018, a Companhia obteve a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira junto ao KFW Finnvera, no valor de USD 40 milhões (equivalentes a R\$167milhões). Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de um swap que acompanha integralmente o cronograma de amortização da dívida.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2018
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
BNDES (3)	TJLP	mai/18	dez/19	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

Objetivo:

- (1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2018 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 70 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas diferidas” na rubrica de “Subvenções Governamentais” (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em “Receita de Subvenção” (nota 29).

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de hedge”.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado
2020	343.598
2021	293.899
2022	198.625
2023	32.111
2024	75.602
2025	20.454
	964.289

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

	Valor nominal
2019	787.188
2020	396.786
2021	323.482
2022	206.944
2023	34.577
2024	76.614
2025	20.569
	1.846.160

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e o KFW, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições indiretos a	447	370	453.941	307.793
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	361.558	236.230
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	21.320	20.431
Imposto sobre Serviço - ISS	441	365	59.764	47.485
Outros	6	5	11.299	3.647
Parcela circulante	(447)	(370)	(451.169)	(305.266)
Parcela não circulante	-	-	2.772	2.527

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições diretos a	47.285	218	542.213	467.574
Imposto de renda e contribuição social	-	-	372.467	391.813
PIS / COFINS	19.340	212	76.072	38.880
Outros (*)	27.945	6	93.674	36.881
Parcela circulante	(47.285)	(218)	(332.333)	(260.786)
Parcela não circulante	-	-	209.880	206.788

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, Cofins - Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ - Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2018	2017
Receitas diferidas	1.313.467	1.471.363
Serviços a prestar pré-pago (1)	301.621	388.301
Subvenções Governamentais (2)	63.731	89.036
Swap de rede (3)	11.449	20.191
Receitas antecipadas	18.626	22.627
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	897.112	951.208
Passivo contratual (nota 2.f)	20.928	-
Parcela circulante	(406.867)	(480.431)
Parcela não circulante	906.600	990.932

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para processos judiciais e administrativos	9.837	2.672	849.408	528.320
Cível (a)	-	-	111.301	132.422
Trabalhistas (b)	2.646	2.672	435.438	184.311
Tributária (c)	7.191	-	271.214	180.643
Regulatória (d)	-	-	31.455	30.944

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-17	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-18
	528.320	551.191	(536.647)	306.544	849.408
Cível (a)	132.422	239.705	(324.803)	63.977	111.301
Trabalhistas (b)	184.311	225.864	(114.450)	139.713	435.438
Tributária (c)	180.643	84.990	(96.346)	101.927	271.214
Regulatória (d)	30.944	632	(1.048)	927	31.455

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 86.039 (R\$ 88.636 em 31 de dezembro de 2017) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 5.814 (R\$4.551 em 31 de dezembro 2017).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 10.378 (R\$13.152 em 31 de dezembro de 2017).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 3.060 (R\$18.224 em 31 de dezembro de 2017).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$239 (R\$3.157 em 31 de dezembro de 2017).

a.6 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.270 (não foi constituída provisão para esses casos em 31 de dezembro de 2017).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.948 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (1.845 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$426.570 atualizado monetariamente (R\$172.467 em 31 de dezembro de 2017). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018, o provisionamento destas causas totaliza R\$27.981 atualizado monetariamente (R\$21.758 em 31 de dezembro de 2017).

c. Processos tributários

	<u>12/2018</u>	<u>12/2017</u>
Tributos Federais	82.033	33.907
Tributos Estaduais	103.546	59.403
Tributos Municipais	1.713	1.738
Processos TIM S.A (<i>Purchase price allocation</i>)	83.922	85.595
	<u>271.214</u>	<u>180.643</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta quarenta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.335 (R\$ 9.092 em 31 de dezembro de 2017), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.060 (R\$ 13.516 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Adicionalmente, neste trimestre a empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 36.685, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e cinco processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 42.628 (R\$ 14.610 em 31 de dezembro de 2017), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 4.829 (R\$ 4.605 em 31 de dezembro de 2017), bem como (iii) anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, e suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 24.646, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$83.922 (R\$85.595 em 31 de dezembro de 2017).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 31.455 (R\$30.944 em 31 de dezembro de 2017).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
	18.734.644	16.757.282
Cível (e.1)	1.046.521	1.286.252
Trabalhista e previdenciária (e.2)	523.236	763.505
Tributária (e.3)	16.530.061	14.528.617
Regulatória (e.4)	634.826	178.908

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	2018	2017
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	405.635	453.231
ANATEL (e.1.2)	207.657	217.012
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	84.231	158.620
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	173.213	182.843
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	71.574	158.287
Outros	104.211	116.259
	<u>1.046.521</u>	<u>1.286.252</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhistas

Há 4.654 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (6.476 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia e sua controlada, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$523.236 atualizado (R\$763.505 em 31 de dezembro de 2017).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$ 16.709 atualizado (R\$27.775 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia é parte em ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$19.706 atualizado (R\$60.711 em 31 de dezembro de 2017).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em “carimbos” nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$515 atualizado no risco possível e R\$2.727 atualizado no risco provável (R\$3.210 atualizado no risco possível e R\$5.654 no risco provável atualizado em 31 de dezembro de 2017).

Cumprir ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte. Há, ainda, um grupo de reclamações trabalhistas em que os ex-empregados das empresas acima mencionadas pedem também a inclusão da TIM Participações.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A. recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$538 atualizado (R\$4.995 em 31 de dezembro de 2017, esta redução ocorreu pela reclassificação de um processo para o risco remoto em razão do andamento do mesmo) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$9.693 atualizado (R\$9.868 em 31 de dezembro de 2017).

A TIM S.A. recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$1.430 atualizado (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2017).

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	12/2018	12/2017
Tributos Federais (e.3.1)	3.952.125	3.752.877
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.904.916	7.407.881
Tributos Municipais (e.3.3)	693.616	658.783
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.979.404	2.709.076
	<u>16.530.061</u>	<u>14.528.617</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.662.216.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.952.125 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.752.877 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.543.851 (R\$ 2.552.068 em 31 de dezembro de 2017).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 198.175 (R\$ 192.417 em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 64.537 (R\$ 62.312 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a controlada é de R\$ 296.589 (R\$ 297.900 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 412.715 (R\$ 396.103 em 31 de dezembro de 2017).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.904.916 (R\$ 7.407.881 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.344.288 (R\$ 1.244.936 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 1.110.827 (R\$ 1.055.667 em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 767.142 (R\$ 804.604 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante na controlada é de R\$ 3.340.448 (R\$ 1.827.284 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 140.368 (R\$ 131.625 em 31 de dezembro de 2017).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vi) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 179.853 (R\$ 175.729 em 31 de dezembro de 2017).
- (vii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 116.880 (R\$ 253.443 em 31 de dezembro de 2017).
- (viii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 192.074 (R\$ 149.425 em 31 de dezembro de 2017).
- (ix) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 177.128 (R\$ 185.526 em 31 de dezembro de 2017).
- (x) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 139.758 (R\$ 112.848 em 31 de dezembro de 2017).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 658.783 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 142.355 (R\$ 136.732 em 31 de dezembro de 2017).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 283.620 (R\$ 269.547 em 31 de dezembro de 2017).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 118.114 (R\$ 107.519 em 31 de dezembro de 2017).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.979.404 (R\$ 2.709.076 em 31 de dezembro de 2017). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 634.826 (R\$178.908 em 31 de dezembro de 2017). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2018.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui 784.317 ações em Tesouraria (2017 – 1.601.841), tendo como objetivo o atendimento do Plano de opção de compra de ações (nota 26).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2018	2017
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	412.091	416.161
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	31.531	35.601

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) *Aquisição das ações da Holdco – compra da TIM S.A (Intelig)*

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da TIM S.A, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras (“BR GAAP”), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de sua controlada com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No exercício de 2018 e 2017, a Companhia realizou a venda de 1.194.576 e 1.548.732 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 26). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil médio de R\$ 10,34 e R\$ 8,69, respectivamente. Adicionalmente, por meio do Programa de Recompra de Ações lançado em outubro de 2017, a Companhia adquiriu em 2018, 377.052 (2.354.685 em 2017) ações pelo preço de R\$11,64, equivalente a R\$ 4.389 (R\$ 27.734 em 2017). Como resultado, o efeito líquido na transação de recompra de ações em tesouraria foi de R\$ 7.964 (R\$ 13.118 em 2017).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivalem a R\$1.419.056 em 31 de dezembro de 2018 e R\$1.271.404 em 31 de dezembro de 2017.

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

A Companhia e sua controlada promoveu uma análise das melhores práticas contábeis e legislação societária, o que resultou na reclassificação dos Incentivos fiscais da rubrica “Reserva de Capital” para “Reserva de Lucros” dentro do próprio patrimônio líquido, no montante de R\$1.271.404 em 2017, com o objetivo de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 14 de abril de 2016, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	2.545.101	1.234.507
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(146.455)	(112.493)
(-) Constituição da reserva legal	(119.932)	(61.725)
Lucro líquido ajustado	2.278.714	1.060.289
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	569.679	265.072
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	849.994	189.991
Dividendos	-	103.325
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	849.994	293.316
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(125.757)	(28.244)
Total de dividendos e JCP líquidos	724.237	265.072
Dividendos por ação (valores expressos em reais), líquidos do IRRF	0,30	0,11

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$47.111 (R\$40.266 em 31 de dezembro 2017) além do valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$322.994.

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Dividendo não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano. Já o Plano 2018-2020 propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas).

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos Vestings de outorgas passadas.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2018									
Plano 2018-2020 – 1ª	849.932	mai-20	14,41	-	849.932		(383.418)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª	3.922.204	nov-22	8,10	2.684.284		(510.884)	(1.277.878)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª	3.355.229	out-21	8,45	1.240.740		(656.268)	(291.949)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª	1.687.686	set-20	13,42	658.720		(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª	3.072.418	jul-19	8,13	694.936			(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª	2.661.752	set-18	8,96	194.756				(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª	2.833.595	ago-17	8,84	-				-	-
Total	18.382.816			5.473.436	849.932	(1.194.576)	(2.203.922)	(194.756)	2.730.114
Preço médio ponderado do exercício			10,26						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base - média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 4.291 (R\$12.789 em 31 de dezembro de 2017). Contudo, em virtude do término contratual de determinados executivos durante o exercício de 2018, seus respectivos benefícios foram cancelados, gerando uma redução no montante de R\$ 4.775.

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contratos firmados com clientes que combinam serviços e produtos

A Companhia oferece aos clientes fidelizados pacotes comerciais que combinam aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, com a concessão de descontos em aparelhos e/ou serviços. Nestes casos, identificam-se os contratos individuais, as obrigações de desempenho e seus preços de transação, alocando-se o preço da transação total de acordo com os preços de venda individuais de cada obrigação. A receita de serviços e produtos é reconhecida no momento em que cada uma das obrigações de desempenho previstas no acordo com o cliente é cumprida, ou seja, quando o cliente obtém controle sobre o ativo.

Para maiores detalhes da aplicação da norma IFRS15/CPC47, vide 2.f.

	Consolidado	
	2018	2017
Receita Operacional Líquida	16.981.329	16.233.959
Receita operacional bruta	24.232.404	22.611.074
Receita de serviços	23.065.648	21.433.515
Receita de serviços - Móvel	21.531.779	20.147.585
Receita de serviços - Fixa	1.533.869	1.285.930
Venda de mercadorias	1.166.756	1.177.559
Deduções da receita bruta	(7.251.075)	(6.377.115)
Impostos incidentes	(5.163.797)	(5.027.406)
Descontos concedidos	(2.073.892)	(1.329.600)
Devoluções e Outros	(13.386)	(20.109)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Custos e despesas operacionais

	Consolidado							
	2018				2017			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(7.701.418)	(4.970.780)	(1.608.319)	(14.280.517)	(8.002.077)	(4.575.177)	(1.424.643)	(14.001.897)
Pessoal	(36.514)	(637.177)	(357.878)	(1.031.569)	(48.802)	(602.578)	(305.036)	(956.416)
Serviços de terceiros	(518.762)	(2.169.624)	(451.990)	(3.140.376)	(544.036)	(2.049.994)	(429.597)	(3.023.627)
Interconexão e meios de conexão	(2.513.176)	-	-	(2.513.176)	(2.632.593)	-	-	(2.632.593)
Depreciação e amortização	(3.119.954)	(162.804)	(671.562)	(3.954.320)	(3.280.524)	(162.020)	(571.126)	(4.013.670)
Impostos, taxas e contribuições	(31.754)	(866.197)	(18.333)	(916.284)	(36.625)	(919.018)	(11.963)	(967.606)
Aluguéis e seguros	(591.226)	(146.877)	(67.387)	(805.490)	(609.595)	(92.363)	(62.954)	(764.912)
Custo das mercadorias vendidas	(883.912)	-	-	(883.912)	(846.839)	-	-	(846.839)
Publicidade e propaganda	-	(421.588)	-	(421.588)	-	(410.982)	-	(410.982)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.881)	-	(544.881)	-	(316.387)	-	(316.387)
Outros	(6.120)	(21.632)	(41.169)	(68.921)	(3.063)	(21.835)	(43.967)	(68.865)

	Controladora							
	2018				2017			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	-	-	(29.745)	(29.745)	-	-	(27.915)	(27.915)
Pessoal	-	-	(25.641)	(25.641)	-	-	(22.613)	(22.613)
Serviços de terceiros	-	-	(3.392)	(3.392)	-	-	(5.180)	(5.180)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(249)	(249)	-	-	(217)	(217)
Aluguéis e seguros	-	-	(15)	(15)	-	-	(46)	(46)
Outros	-	-	(448)	(448)	-	-	141	141

(*) A Companhia e sua controlada promoveram uma análise das melhores práticas contábeis aplicáveis ao seu ramo de atividade, o que resultou na reclassificação da amortização de autorização da rubrica de "Outras despesas operacionais" para "Custos de serviços prestados", no montante de R\$ 347.884 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$261.927 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), no sentido de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	25.305	28.722
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	44.411	41.699
Receita na alienação de ativos	-	-	1.708	2.865
Outras receitas (i)	-	6	282.041	171.273
	-	6	353.465	244.559
Despesas				
FUST/FUNTEL (ii)		-	(143.167)	(140.878)
Impostos, taxas e contribuições		-	(4.092)	(4.466)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(825)	(816)	(452.463)	(366.476)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(4.424)	(6.618)
Outras despesas	(12)	(94)	(32.608)	(24.831)
	(837)	(910)	(636.754)	(543.269)
Outras receitas (despesas), líquidas	(837)	(904)	(283.289)	(298.710)

(i) A variação no período refere-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2018, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009 (nota 9).

Em novembro de 2018, em virtude do transito em julgado, a companhia registrou o montante de 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras	1.978	6.927	412.733	512.565
Juros sobre aplicações financeiras	1.358	1.671	119.548	369.517
Juros de clientes	-	-	36.793	38.227
Juros swap	-	-	17.001	32.300
Juros sobre leasing	-	-	25.664	22.709
Atualização monetária	620	5.256	207.191	39.694
Outras receitas	-	-	6.536	10.118

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras	(95.687)	(23.511)	(951.439)	(1.009.653)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(96.682)	(211.108)
Juros sobre fornecedores	-	(1)	(10.906)	(998)
Juros sobre impostos e taxas	(50)	(34)	(15.409)	(5.712)
Juros swap	-	-	(32.424)	(85.362)
Juros sobre leasing	-	-	(266.328)	(257.305)
Atualização monetária	(4.676)	237	(340.175)	(278.272)
Descontos concedidos	-	-	(38.858)	(52.683)
Outras despesas	(90.961)	(23.713)	(150.657)	(118.213)

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 37).

32. Variações cambiais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.409	287.777
Fornecedores	12	8	6.844	4.124
Swap	-	-	75.340	130.971
Outros	-	-	13.937	7.146
	12	8	97.530	430.018
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(75.298)	(271.286)
Fornecedores	(21)	(39)	(11.925)	(6.819)
Swap	-	-	(1.409)	(147.356)
Outros	-	-	(7.525)	(5.305)
	(21)	(39)	(96.157)	(430.766)
Variações cambiais, líquidas	(9)	(31)	1.373	(748)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(253.120)	(203.932)
Contribuição social do exercício	(92.502)	(77.148)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	146.454	112.493
	<u>(199.168)</u>	<u>(168.587)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	651.632	(23.976)
Contribuição social diferida	217.501	(8.631)
	<u>869.133</u>	<u>(32.607)</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	(5.054)	185
	<u>864.079</u>	<u>(32.422)</u>
	<u>664.911</u>	<u>(201.009)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.548.347	1.234.507	1.880.190	1.435.516
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(866.438)	(419.732)	(639.265)	(488.075)
<i>(Adições) / exclusões:</i>				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(4.232)	(3.620)	920.745	68.716
Resultado de equivalência patrimonial	908.700	435.180	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(35.357)	(18)	(12.040)	(6.638)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(36.046)	(35.872)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	-	(11.810)	288.998	64.597
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	146.454	112.498
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	-	-	-	11.176
Outros valores	(5.919)	-	(3.935)	72.589
	<u>863.192</u>	<u>419.732</u>	<u>1.304.176</u>	<u>287.066</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(3.246)	-	664.911	(201.009)
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35,36%)</u>	<u>14,00%</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM S.A. possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

34. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.545.101	1.234.507
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.172	2.420.016
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	1,05	0,51

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.545.101	1.234.507
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.075	2.421.072
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	1,05	0,51

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 903 milhares de ações (1.056 milhares de ações em 2017) relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	2018	2017
Telecom Italia Sparkle (1)	2.877	1.416
TI Sparkle (4)	804	1.544
TIM Brasil (6)	13.993	13.619
Gruppo Havas (8)	75.600	115.840
Outros	1.092	709
Total	94.366	133.128

	Passivo	
	2018	2017
Telecom Italia S.p.A. (2)	89.433	35.288
Telecom Italia Sparkle (1)	11.895	10.686
TI Sparkle (4)	4.174	9.223
TIM Brasil	6.044	4.903
Grupo Vivendi (7)	4.745	6.430
Gruppo Havas (8)	62.686	29.008
Outros	107	107
Total	179.084	95.645

	Receita	
	2018	2017
Telecom Italia S.p.A. (2)	858	665
Telecom Italia Sparkle (1)	5.809	5.281
TI Sparkle (4)	904	692
Total	7.571	6.638

	Custo/Despesa	
	2018	2017
Telecom Italia S.p.A. (2)	62.976	8.440
Telecom Italia Sparkle (1)	30.123	26.775
TI Sparkle (4)	18.035	30.734
Generali (5)	-	3.254
Grupo Vivendi (7)	9.439	16.361
Gruppo Havas (8)	301.752	127.730
Italtel (3)	-	3.102
Total	422.325	216.396

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
- (3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
- (4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (8) Os valores referem-se aos serviços de publicidade.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2018, a Companhia investiu R\$4.637 milhões com recursos próprios em benefício social.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	28.020	21.757
Pagamentos com base em ações	7.883	6.791
	<u>35.904</u>	<u>28.548</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e sua controlada destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de sua controlada, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e *opções de compra de dólar especificamente para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de sua controlada, em atendimento ao IFRS 9/CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da controlada computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a controlada realizar: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2018 a controlada não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da controlada, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a controlada possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro 2018, a controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a controlada realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 10,5% das receitas de venda de mercadorias e um cliente que contribuiu com 10,1% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2018.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de finanças e tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e sua controlada computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	81.408	(11.618)	69.790	80.790	(32.463)	48.327
Parcela circulante	50.769	(2.373)	48.396	53.875	(14.044)	39.831
Parcela não circulante	30.639	(9.245)	21.394	26.915	(18.419)	8.496

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2018 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2020	7.109	(1.541)
2021	6.282	(1.541)
2022 em diante	17.248	(6.163)
	<u>30.639</u>	<u>(9.245)</u>

Em agosto de 2018, a Companhia optou por adquirir o total de USD 100 milhões em opções de compra de dólar com o objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. O prêmio pago na ocasião foi de R\$ 11,7 milhões, valor este representado no quadro acima, juntamente com as operações de *swap* já existentes.

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2018		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	784.841	81.408	866.249
Ativos financeiros ao valor justo	784.841	81.408	866.249
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	784.841	-	784.841
Total do passivo	-	11.618	11.618
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	11.618	11.618
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

	2017		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	765.614	80.790	846.404
Ativos financeiros ao valor justo	765.614	80.790	846.404
Derivativos usados para hedge	-	80.790	80.790
Títulos e valores mobiliários	765.614	-	765.614
Total do passivo	-	32.463	32.463
Passivos financeiros ao valor justo por meio do	-	32.463	32.463
Derivativos usados para hedge	-	32.463	32.463

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificadas como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2018

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.639.420	871.478	6.510.898
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.969.116	-	2.969.116
Títulos e valores mobiliários	-	790.070	790.070
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.530	-	1.075.530
Arrendamento Mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.345.113	-	1.345.113
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.296.570	11.618	8.308.188
Empréstimos e Financiamentos	1.663.017	-	1.663.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.323.374	-	4.323.374
Arrendamento mercantil leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	370.105	-	370.105

31 de dezembro de 2017

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.168.259	849.401	8.017.660
Instrumentos financeiros derivativos	-	80.790	80.790
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.567.063	-	2.567.063
Títulos e valores mobiliários	-	768.611	768.611
Caixa e equivalentes de caixa	2.960.718	-	2.960.718
Arrendamento Mercantil - leasing	205.331	-	205.331
Depósitos judiciais	1.366.576	-	1.366.576
Outros valores a pensar	68.571	-	68.571

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
	10.708.264	32.463	10.740.727
Passivo, conforme o balanço patrimonial	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	4.690.944	-	4.690.944
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.463	32.463
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.986.557	-	3.986.557
Arrendamento mercantil leasing	1.887.172	-	1.887.172
Dividendos a pagar	143.591	-	143.591

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são,

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2018, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2018

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE				% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	43.420	43.420	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	378.595	393.387	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	116.466	116.466	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2017

Moeda	CONTRAPARTE				Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP					Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan		110.937	110.937	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA		260.522	260.522	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	80,29% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan		198.990	198.990	100%	2,18% a.a.	87,62% do CDI

Em junho de 2018, a Companhia aproveitou o momento favorável de mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo. O objetivo foi de garantir um custo atraente de 92,59% do CDI para a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira do KfW/Finnvera. O desembolso foi realizado em 17 de setembro de 2018 com o valor nominal em dólares de 40 milhões.

Em agosto de 2018, a Companhia adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de US\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 à junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão, considerando um spot de referência no momento da venda de 3,807. Em 31 de dezembro de 2018, o valor remanescente teve seu valor contábil registrado de R\$ 4,1 milhões – Ativo (spot de referência do dólar de R\$ 3,8748).

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (Cisco e KfW)	549.393	549.393	700.368	869.825
A) Δ Variação Acumulada Dívida			150.975	320.432
Valor justo da ponta ativa do swap	549.393	549.393	700.368	869.825
Valor justo da ponta passiva do swap	483.503	483.503	470.044	467.868
Resultado swap	1.032.896	1.032.896	1.170.412	1.337.692

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

B) Δ Variação Acumulado Swap	137.516	304.797
C) Resultado final (B-A)	13.459	15.635

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
LIBOR	2,88%	3,59%	4,31%
USD	3,8748	4,8435	5,8122

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de dezembro de 2018 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2018
Resultado líquido em operações de USD x CDI	58.508

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	1.593.227	4.642.617
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 16)	1.940.074	1.887.172
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 16)	(208.049)	(205.331)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(1.075.530)	(2.960.718)
FIC (Nota 5)	(784.841)	(765.614)
Dívida Líquida - Não auditado	1.464.881	2.598.126
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	6.371.844	5.947.023
Índice de alavancagem financeira (*) - Não auditado	0,23	0,44
(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.545.101	1.234.507
Depreciações e amortizações	3.954.321	4.013.671
Resultado Financeiro Líquido	537.333	497.836
Imposto de renda e contribuição social	(664.911)	201.009
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)	6.371.844	5.947.023

(*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.

(**) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2017	4.690.944	1.887.172	(48.327)
Ingressos	166.548	38.985	(13.628)
Encargos financeiros	284.037	266.328	15.423
Variações cambiais, líquidas	73.889	-	(73.931)
Pagamentos	(3.552.400)	(252.411)	50.673
31 de dezembro de 2018	1.663.018	1.940.074	(69.790)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2016	6.719.782	1.802.238	(135.449)
Ingressos	646.854	48.957	17.675
Encargos financeiros	611.369	257.305	53.062
Variações cambiais, líquidas	(16.491)	-	16.385
Pagamentos	(3.270.570)	(219.189)	-
Outros	-	(2.139)	-
31 de dezembro de 2017	4.690.944	1.887.172	(48.327)

38. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$37.705.747
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000

Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)

R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

39. Compromissos

Aluguéis

A Companhia e sua controlada alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

	5.895.699
2019	1.088.506
2020	1.132.046
2021	1.177.328
2022	1.224.421
2023	1.273.398

40. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária TIM S.A., emitiu R\$ 1.000 milhão em Debentures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos serão destinados ao reforço de capital de giro e serão remunerados a 104,10% do CDI pelo prazo de 18 meses.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. (“Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2018 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers (“PwC”), sem ressalvas, emitido no dia 19 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2018 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 19 de fevereiro de 2019.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO

Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da TIM Participações S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, criado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

De 1º de janeiro a 19 de abril de 2017, o CAE teve a seguinte composição: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Adhemar Gabriel Bahadian e Herculano Aníbal Alves. Com a eleição dos novos conselheiros de administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2017, para o mandato 2017/2019, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Herculano Aníbal Alves e Mario Cesar Pereira de Araujo. Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Mario Cesar Pereira de Araujo, em 16 de março de 2018, o CAE passou a ter a seguinte composição: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Herculano Aníbal Alves e Celso Luis Loducca. Todos são conselheiros de administração da Companhia e caracterizados como independentes segundo critério da CVM.

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act* (“SOx”), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* (“SEC”), face possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na The New York Stock Exchange (“NYSE”) desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto no Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida na CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM Participações em 2018

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, 22 reuniões ordinárias do CAE que contemplaram 134 itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 3 horas cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o *Chief Financial Officer* e Diretor de Relação com Investidores, e outros membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Independentes e o Diretor de *Compliance* da Companhia. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

- I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes, em 7 sessões durante o ano de 2018. A PricewaterhouseCoopers (“PwC”) foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2018, pelo planejamento e execução das auditorias até a revisão das informações trimestrais (“ITRs”), conforme as normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting*

Standard Board (IASB). A “PwC” atuou, ainda, como auditor das controladas da Companhia, TIM S.A. e da TIM Celular S.A., esta última incorporada pela TIM S.A. em 31 de outubro de 2018, bem como continuou como responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

- II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2018, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou o desempenho dos auditores internos. No Programa Anual de Auditoria de 2018, foram oficializadas 188 (cento e oitenta e oito) atividades, das quais 101 (cento e uma) foram concluídas ou substancialmente concluídas. Adicionalmente, foram concluídas 154 atividades referentes a exercícios anteriores.
- III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 13 sessões durante o ano de 2018, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação Sarbanes-Oxley (“SOx”).
- IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações colhidas, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

- V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) *SOx Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Externo e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security*; (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos.
- VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia.
- VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.
- VIII. No decorrer de 2018, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* (“ERM”) da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos *SOx/CVM*. Este tema foi trazido em 7 sessões durante o ano de 2018. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é compartilhada entre o CAE e o Comitê de Controle e Riscos (“CCR”). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.
- IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 10 contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações

relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

- X. Participou das discussões sobre o procedimento de divulgação de contratos entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e Partes Relacionadas, de outro lado, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 552/2014, que modificou a Instrução Normativa CVM nº 480/2009.
- XI. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 11 sessões durante o ano de 2018, os relatórios referentes a denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.
- XII. Além das 22 reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de, no mínimo, 4 (quatro) reuniões privadas, de 2 (duas) horas cada, com os auditores independentes, PwC, e com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência ou de qualquer tipo de ingerência da administração, no desenvolvimento dos trabalhos das respectivas auditorias.
- XIII. O Comitê de Auditoria Estatutário atendeu a indagações formuladas pelo Conselho Fiscal sobre a estrutura de controles da Companhia, e o acompanhamento destes, e outros assuntos pertinentes.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia e suas controladas; (vi) comunicação por escrito aos responsáveis pela governança as constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme

determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) a serem considerados no Relatório do Auditor Independente, os quais foram os seguintes:

- Provisão para contingências tributárias;
- Ágio fundamentado em rentabilidade futura (“goodwill”);
- Reconhecimento de receita (“unbilled”); e
- Novos Pronunciamentos Contábeis.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, dentre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos auditores independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os auditores independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (notas explicativas 3.c - Provisão para processos judiciais e administrativos tributários, e 24)

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Ágio fundamentado em rentabilidade futura (nota explicativa 3.a - Perda por redução ao valor recuperável “impairment” de ativos não financeiros, e 15.d)

O CAE foi regularmente informado sobre os controles envolvidos nos testes de redução ao valor recuperado (“impairment”) e avaliou a taxa de desconto utilizada para o modelo adotado.

3.3. Reconhecimento de receita (“unbilled”) (nota explicativa 3.e - Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”, e 27)

O CAE acompanhou os relatórios mensais contendo explicações sobre a evolução da receita e estimativas usadas pela Administração da Companhia para o cálculo do “unbilled”.

3.4 Novos pronunciamentos contábeis (nota explicativa 2.f)

O CAE manteve várias interações com a Administração da Companhia para entendimento do plano de adoção desenvolvido, dos principais aspectos técnicos a serem considerados, incluindo estimativas e julgamentos críticos, controles internos e/ou ferramentas desenvolvidas para captura, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras e, principalmente, os impactos qualitativos e quantitativos decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes (ambos com adoção a partir de 1º de janeiro de 2018), e IFRS 16 – Arrendamentos Mercantis (adoção a partir de 1º de janeiro de 2019).

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 3 (três) vezes durante os meses de janeiro a maio de 2018 com executivos da Companhia. Adicionalmente, os membros do CAE participaram, nesse mesmo período, de mais 4 (quatro) reuniões de grupo de trabalho criado especificamente para revisão dos referidos formulários.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram, no total, 4 (quatro) vezes durante os meses de junho e setembro de 2018, com executivos da Companhia, para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2018, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE responderam a questionários para a avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PwC, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2018, o CAE concluiu que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 19 de fevereiro de 2019.

Herculano Aníbal Alves

Membro e Especialista Financeiro do Comitê
de Auditoria Estatutário

Celso Luís Loducca

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Sami Foguel (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer* e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019.

SAMI FOGUEL

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer e Diretor de Relações
com Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE
Chief Technology Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Sami Foguel (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer* e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019.

SAMI FOGUEL

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer e Diretor de Relações
com Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico